



**PROGRAMA DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL DA LINHA DE TRANSMISSÃO 500 kV MARIMBONDO
II - ASSIS, LOCALIZADA NO CORREDOR ENTRE OS MUNICÍPIOS
DE FRONTEIRA/MG E ASSIS/SP**

Belém, julho de 2013

FICHA TÉCNICA

SOLICITAÇÃO

Ambientare Soluções Ambientais LTDA.

CNPJ: 08.336.849/0001-42

Endereço: SRTVS Quadra 701, Bloco O, Sala 420, Asa Sul, Brasília – DF, CEP: 70.340-000

Telefone: (61) 3322-0886

Responsável Técnico: Felipe Fleury – Diretor Técnico

E-mail: fleury@ambientare-sa.com.br

Site: www.ambientare-sa.com.br

EMPREENDEDOR

Razão Social: SPE Triângulo Mineiro Transmissora S.A.

Endereço: Rua Real Grandeza, nº 274, 2º andar, Botafogo – Rio de Janeiro. CEP: 20090-000.

Número do Cadastro Técnico Federal – CTF: 5753443

Representante Legal: João Batista Guimarães Ferreira da Silva

Profissional para Contato: Felipe Fleury

Telefone: (61) 3322-0886

E-mail: fleury@ambientare-sa.com.br

EXECUÇÃO

Inside Consultoria Científica Ltda.

CNPJ: 10.834.780/0001-29.

Endereço: Trav. Lomas Valentina, nº2625, sala 302, Bairro: Marco, CEP: 66095-770, Belém, Pará.

Telefones: (91) 3081-9091; 9999-9091; 8257-9380

E-mail: insideconsultoria@yahoo.com.br

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ma. Cristiane Maria Pires Martins

Arqueóloga da Inside Consultoria Científica.

Endereço: Trav. Lomas Valentina, nº2625, sala 302, Bairro: Marco, CEP: 66095-770, Belém, Pará.

Telefones: (91) 8197.3163; (68) 8124.5644; (68) 9914.7057.

E-mail: cpmartins23@yahoo.com.br

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

André dos Santos – Sócio-Diretor da INSIDE

Andreia Loreiro Cardoso – Técnica em Arqueologia

Lela Caroline Arantes Mesquita – Técnica em Arqueologia

Luiz Alexandre da Silva Barbosa – Historiador (INSIDE)

Renata Maria Valente Moraes – Mestre em Antropologia (INSIDE)

Tayane Gama de Souza – Cientista Social

Wagner Fernando da Veiga e Silva – Arqueólogo e Geógrafo. Sócio-Diretor da INSIDE

Vera Lucia Mendes Portal – Arqueóloga e Educadora Patrimonial

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE GRÁFICOS	5
1. APRESENTAÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	10
2.1. Arranjo Produtivo.....	12
2.2. Áreas de influência.....	18
3. CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	24
4. CONTEXTUALIZAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE ESTUDO	25
4.1. Caracterização Ambiental.....	25
4.1.1. Vegetação	25
4.1.2. Geomorfologia	26
4.1.3. Geologia	27
4.1.4. Hidrografia	28
4.1.5. Clima.....	29
4.1.6. Pedologia	30
4.1.7. Quadro Síntese dos aspectos ambientais.....	32
5. Contexto Arqueológico e Histórico Regional	33
5.1. Contexto Arqueológico	33
5.2. Contexto Histórico Regional.....	41
6. CONTEXTO ETNOHISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO	44
7. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	50
8. OBJETIVOS DA PESQUISA	51
8.1. Objetivo Geral	51
8.2. Objetivos Específicos	51
9. METODOLOGIA DE PESQUISA	52
9.1. Atividades de Campo.....	52
9.2. Atividades de Laboratório.....	53
9.3. ARQUEOLOGIA PÚBLICA: Educação Patrimonial	55
9.4. Programa de Levantamento do Patrimônio Cultural Imaterial... 64	
9.5. Cronograma de Execução.....	67
10. EQUIPE TÉCNICA	68
11. ASPECTOS LEGAIS	68
12. FINANCIAMENTO	69
13. GUARDA DO MATERIAL.....	69
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
ANEXOS	77

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO REGIONAL DO EMPREENDIMENTO. À ESQUERDA, O ESTADO DE MINAS GERAIS E, À DIREITA, O ESTADO DE SÃO PAULO.....	7
FIGURA 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO EM RELAÇÃO AOS LIMITES MUNICIPAIS (FONTE: AMBIENTARE SOLUÇÕES AMBIENTAIS, 2013).....	8
FIGURA 3 - TRAÇADO DA LT EM RELAÇÃO AOS LIMITES MUNICIPAIS COM MALHA VIÁRIA (FONTE: AMBIENTARE SOLUÇÕES AMBIENTAIS, 2013).....	11
FIGURA 4. SILHUETA DA ESTRUTURA (FONTE: AMBIENTARE SOLUÇÕES AMBIENTAIS, 2013).....	17
FIGURA 5. SILHUETA DA ESTRUTURA (FONTE: AMBIENTARE SOLUÇÕES AMBIENTAIS, 2013).....	18
FIGURA 6 - AID DO EMPREENDIMENTO (FONTE: AMBIENTARE SOLUÇÕES AMBIENTAIS, 2013)...	20
FIGURA 7 - AII DO EMPREENDIMENTO (FONTE: AMBIENTARE SOLUÇÕES AMBIENTAIS, 2013)...	23
FIGURA 8 - MAPA DE VEGETAÇÃO DE SÃO PAULO (ADAPTADO DE SIQUEIRA & DURINGAN, 2007)..	26
FIGURA 9 - GEOMORFOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FONTE: IPT, 1981).....	27
FIGURA 10 - MAPA GEOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FONTE: MAPA GEOMORFOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, IPT, 1981).....	28
FIGURA 11 - MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE SÃO PAULO.	29
FIGURA 12 - MAPA DAS ZONAS CLIMÁTICAS DE SÃO PAULO, SEGUNDO KOPPEN (1936).....	30
FIGURA 13 - MAPA PEDOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FONTE: RADAMBRASIL, 1974). ...	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Vértices do traçado (Fonte: AMBIENTARE, 2013)	13
Tabela 2	Municípios atravessados pelo corredor.	24
Tabela 3	Bacias e Sub-bacias Hidrográficas da área de implantação do projeto.	28
Tabela 4	Quadro síntese dos aspectos ambientais da região.	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Número de sítios distribuídos pelas bacias hidrográficas (Fonte: Inside Consultoria Científica, 2013)	34
------------	---	----

PROGRAMA DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA LINHA DE TRANSMISSÃO 500 kV MARIMBONDO II - ASSIS, LOCALIZADA NO CORREDOR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE FRONTEIRAS/MG E ASSIS/SP

1. APRESENTAÇÃO

Esse projeto de pesquisa tem como objetivo apresentar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) as ações necessárias e procedimentos técnicos a serem adotados para a execução do “Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Assis, Localizada no Corredor Entre os Municípios de Fronteira/MG e Assis/SP”.

A pesquisa realizada por meio do programa foi solicitada pela empresa Ambientare Soluções Ambientais LTDA e será executada pela empresa Inside Consultoria Científica. O financiamento do estudo está a cargo das empresas SPE Triângulo Mineiro Transmissora S.A.

As atividades arqueológicas a serem desenvolvidas se enquadram no conjunto de estudos arqueológicos referendados pela Resolução CONAMA 001/86 no contexto de fases de planejamento e implantação de empreendimentos com alto potencial de impacto ao meio ambiente, como é o caso da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II, Assis. Deste modo, a execução do Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial está relacionada aos processos de licenciamento ambiental prévio (LP), de instalação (LI) e de operação (LO) do empreendimento, conforme o estabelecido pela Portaria nº 230/ 2002 do IPHAN.

Tal empreendimento será implantado em uma área que se estende entre o município de Fronteira, Estado de Minas Gerais, e o município de Assis, Estado de São Paulo (figuras 1 e 2), destinando-se a contribuir com medidas de políticas de contenção das diversas crises energéticas que têm afetado o país nas últimas

décadas resultando em um gargalo econômico tanto às populações dos principais centros urbanos do país quanto de suas áreas rurais.



Figura 1 - Mapa de localização regional do empreendimento. À esquerda, o Estado de Minas Gerais e, à direita, o Estado de São Paulo.

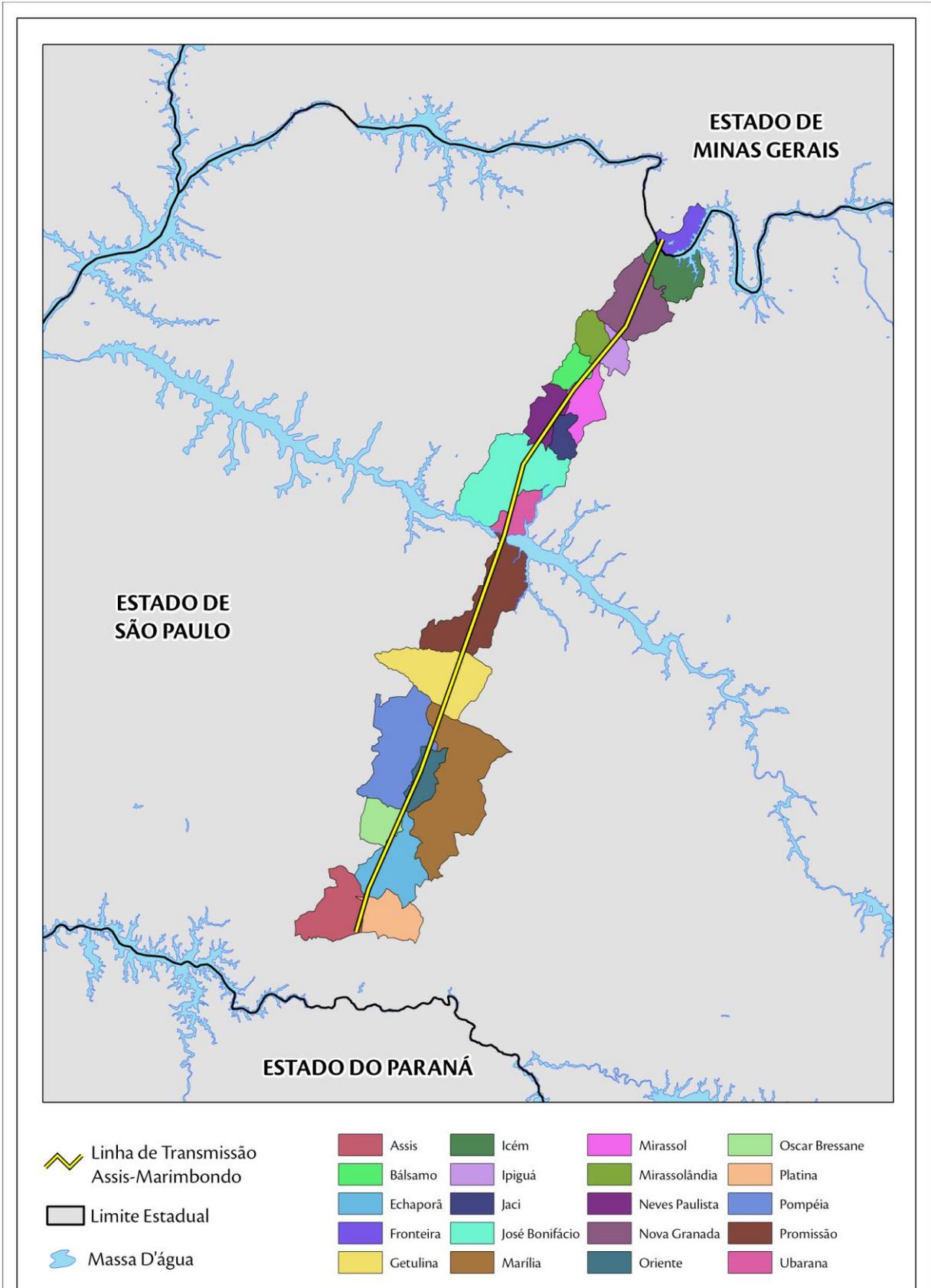


Figura 2 - Mapa de localização do empreendimento em relação aos limites municipais (Fonte: AMBIENTARE Soluções Ambientais, 2013).

O presente projeto de pesquisa está relacionado às etapas iniciais dos estudos arqueológicos que deverão ser desenvolvidas na área de abrangência do empreendimento; etapa esta identificada como Diagnóstico Arqueológico. A pesquisa proposta objetiva realizar prospecções intrusivas para a verificação das potencialidades arqueológicas da área de estudo.

Nesse sentido, o trabalho compreenderá duas etapas complementares:

a) contextualização etnohistórica e arqueológica da região, realizada por meio do levantamento de dados secundários na documentação histórica disponível e pesquisa bibliográfica;

b) identificação de vestígios arqueológicos em campo por meio de inspeção visual de superfície e prospecção intrusiva nas áreas de influência do empreendimento.

Além de possibilitar a identificação do potencial arqueológico das áreas de influência do empreendimento, essa etapa de pesquisa visa à garantia de resgate e preservação do mesmo. Condicionada a isto, será possível a continuidade da construção das instalações do empreendimento, sem o risco de causar danos ao patrimônio arqueológico da região, como dispõe a legislação brasileira referente à necessidade de proteção de bens culturais. Para tanto, este projeto de pesquisa propõe quatro etapas fundamentais a serem executadas no prazo máximo de cinco meses:

1) Prospecção arqueológica intrusiva na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento;

2) Levantamento oportunístico na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento;

3) Educação patrimonial junto às comunidades do entorno do empreendimento;

4) Curadoria e análise em laboratório do material arqueológico coletado em campo.

Caso haja necessidade da realização de salvamento arqueológico, o mesmo será efetivado em etapa posterior a proposta por esse projeto de pesquisa arqueológica, a partir do encaminhamento, ao IPHAN, de um novo projeto específico para a atividade. Para tanto, esta primeira etapa da pesquisa arqueológica, será executada segundo a coordenação técnico-científica da Arqueóloga da Inside Consultoria Científica, Ma. Cristiane Maria Pires Martins, tendo o apoio institucional

do Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO¹

O empreendimento da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II - Assis é uma iniciativa da empresa SPE Triângulo Mineiro Transmissora S.A. e tem como contratada para a gestão do processo de licenciamento ambiental a empresa Ambientare Soluções Ambientais LTDA. O corredor da linha de transmissão a que esse projeto de pesquisa faz referência está situado entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, com aproximadamente 5 km e 291 km respectivamente (figura 3). Inicia-se na área da futura subestação Marimbondo II, localizada na zona rural do município de Fronteira - MG, distante 4 km do centro da cidade e termina na subestação de Assis, localizada às margens da Rodovia Raposo Tavares-SP 270, que liga as cidades de Assis e Ibirarema.

A execução do empreendimento visa contribuir com políticas desenvolvimentistas para a contenção da crise energética do Brasil e seus efeitos socioeconômicos sobre as populações urbanas e rurais do país.

¹ Informações fornecidas pela AMBIENTARE Soluções Ambientais (2013).

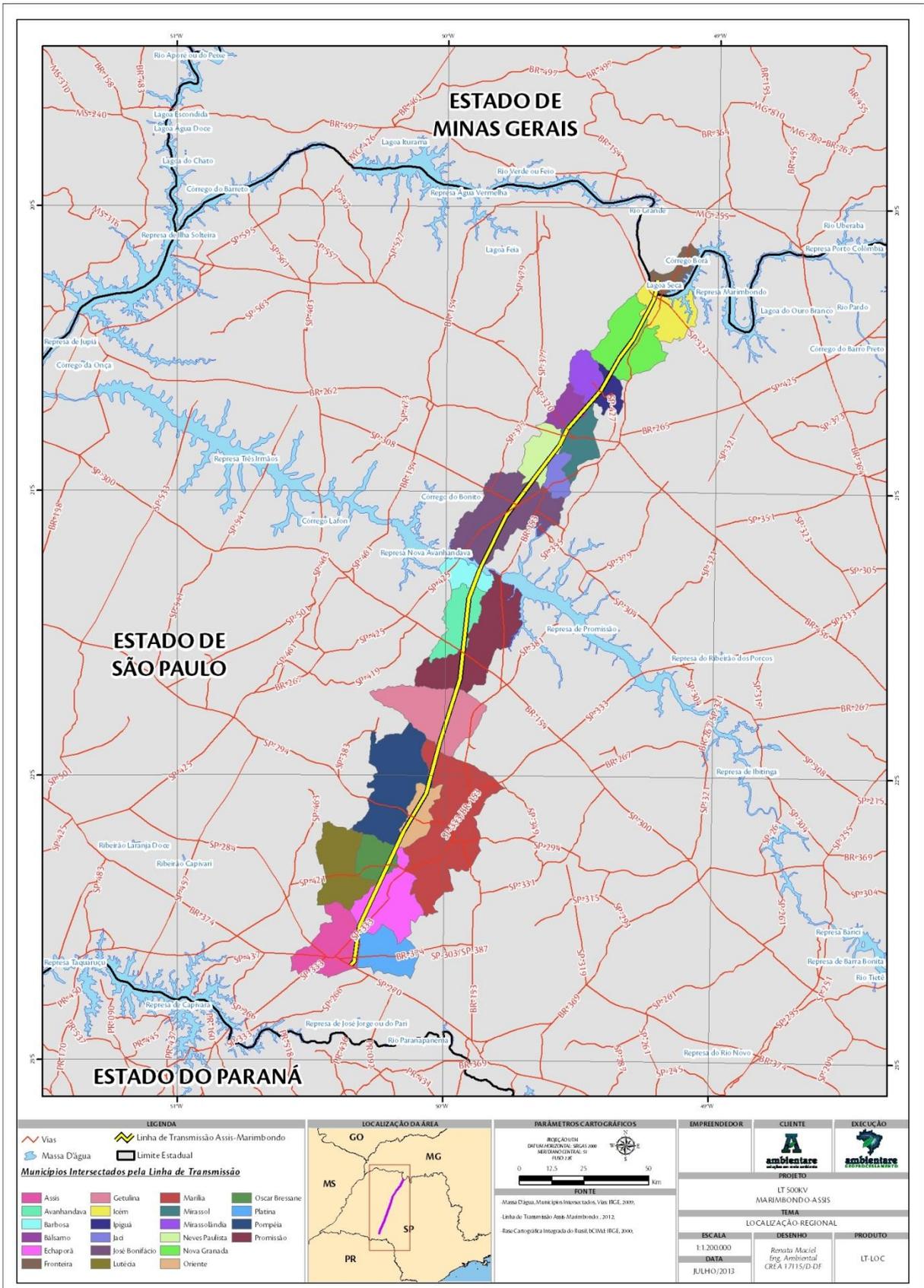


Figura 3 - Traçado da LT em relação aos limites municipais com malha viária (Fonte: AMBIENTARE Soluções Ambientais, 2013).

2.1. Arranjo Produtivo

A diretriz da Linha de Transmissão está inserida nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, com, aproximadamente, 5 km e 291 km respectivamente. Inicia-se na área da futura subestação Marimbondo II, localizada na zona rural do município de Fronteira - MG, distante 4 km do centro da cidade e termina na subestação de Assis, propriedade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), localizada às margens da SP-270 - Rodovia Raposo Tavares, que liga as cidades de Assis e Ibirarema.

Com extensão aproximada de 296 km, com o eixo da linha formada por dezenove vértices, estando suas coordenadas planas no Sistema UTM Datum SIRGAS 2000 e Meridiano Central 51° W. Gr. (Tabela 1).

Tabela 1 - Vértices do traçado (Fonte: AMBIENTARE, 2013)

Ponto	Município	Distância (km)	Coordenadas Planas		Coordenadas Geográficas	
			N	E	S	W
V1 = SE Marimbondo II	Fronteira (MG)		7759340,912	685661,185	20°15'16.30"	49°13'21.09"
		2,8				
V2	Fronteira (MG)		7756583,496	685326,2492	20°16'42.25"	49°13'31.69"
		5,3				
V3	Icém		7751508,179	684074,9613	20°19'27.98"	49°15'29.30"
		17,1				
V4	Nova Granada		7736354,128	676091,7262	20°19'27.98"	49°18'47.26"
		8,8				
V5	Nova Granada		7729118,042	670810,1121	20°31'22.03"	49°21'42.65"
		14,5				
V6	Ipiguá		7716480,203	663655,0153	20°38'13.90"	49°25'49.38"
		19,8				
V7	Mirassol		7701479,383	650628,7474	20°46'37.46"	49°33'21.46"
		6,7				
V8	Neves Paulista		7695398,561	647843,7686	20°49'56.48"	49°34'54.41"
		15,1				
V9	Neves Paulista		7683377,988	638726,2163	20°56'16.40"	49°40'08.21"
		19,5				
V10	José Bonifácio		7667825,454	627104,3915	21°04'53.38"	49°46'38.10"
		23,2				
V11	Barbosa		7647051,74	616865,2265	21°16'07.54"	49°52'27.28"
		12,2				
V12	Avanhandava		7635644,709	612664,6248	21°22'17.81"	49°54'48.15"
		31,6				
V13	Promissão		7604141,899	609231,572	21°37'24.10"	49°56'52.97"
		25,5				
V14	Getulina		7579942,931	601491,5453	21°50'31.61"	50°51'18.46"
		20,7				
V15	Oriente		7559893,48	596266,3571	22°01'44.65"	50°04'12.93"
		17,2				
V16	Oriente		7545154,613	587513,2646	22°09'56.85"	50°09'19.91"
		40,5				
V17	Echaporã		7508435,893	570428,0802	22°29'33.49"	50°19'08.82"
		14				
V18	Assis		7494509,135	568302,0992	22°38'53.94"	50°20'10.13"
		2				
V19 = SE Assis	Assis		7492949,542	566963,7199	22°39'46.31"	50°20'57"
Comprimento Total (km)		296,5	Coordenadas Datum SIRGAS 2000 - MC 51 W. GR. - FUSO 22			

A área de instalação da futura subestação de Marimbondo II está posicionada geograficamente na latitude 20° 15' 09" S e longitude 49° 13' 47" W, correspondendo no Sistema UTM Datum SIRGAS 2000, Meridiano Central 51° W. Gr. e coordenadas planas N= 7.759.568 e E= 684.892, em zona rural. Esta área está próxima da torre de nº 18 da LT 500 kV – Marimbondo / São Simão.

A Subestação de Assis se encontra posicionada na latitude 22° 40' 35" S e longitude 50° 20' 35" W, correspondendo no Sistema UTM Datum SIRGAS 2000, Meridiano Central 51° W. Gr., e coordenadas planas N= 7.492.230 e E= 567.498, estando distante, aproximadamente, 6,5 km da cidade de Assis.

O empreendimento se justifica pela necessidade de reforços na região Sudeste - Pré Belo Monte e faz parte de um conjunto de obras necessárias para a expansão dessa região.

Diversos estudos referentes ao aumento das capacidades de intercâmbio entre as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul no horizonte de 2014 a 2020 foram concluídos na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), são eles:

- Expansão das interligações Norte-Sudeste e Norte-Nordeste – escoamento da usina de Belo Monte e reforços nos sistemas receptores (Sudeste e Nordeste);
- Integração das usinas do Complexo de Teles Pires, com capacidade total de 3700 MW, com ponto de recebimento na região Sudeste situado na Subestação Marimbondo II.
- Com a implantação de diversas usinas térmicas e eólicas na região Nordeste, ocorre um excedente de geração, já em 2014, de aproximadamente 3000 MW. Para escoamento desse montante, foi necessária a ampliação da interligação Nordeste - Sudeste através de um novo eixo de 500 kV;
- Ampliação da capacidade de interligação Sul-Sudeste para 9000 MW em 2015 e 11000 MW em 2023;

Os reforços oriundos desses estudos foram compatibilizados com o escoamento da potência das usinas do Rio Madeira, que tem como ponto receptor na região Sudeste a Subestação Araraquara II.

Em todos esses estudos, a rede de transmissão da região Sudeste é fortemente impactada, quer seja pela necessidade de interligar o sistema até os grandes polos de carga, quer seja para garantir os intercâmbios energéticos das regiões Norte a Sul do Brasil nos dois sentidos de fluxo.

Diante dessas várias injeções e da simultaneidade de seus impactos, foi identificada a necessidade de recomendar reforços na região Sudeste nos anos de 2014 e 2015 e dentre eles estão:

- Subestação Fernão Dias 500/440 kV no município de Atibaia e seccionamento das LT 500 kV Campinas - Cachoeira Paulista, de Furnas;
- LT 500 kV Araraquara II – Fernão Dias.

FAIXA DE SERVIDÃO

A faixa de servidão de uma linha de distribuição ou transmissão é definida considerando-se o balanço dos cabos condutores devido à ação do vento e o espaçamento entre estruturas. O cálculo da faixa de servidão é normatizado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da norma NBR-5.422, ABNT (1985).

Adotou-se para a LT 500 kV Marimbondo II - Assis uma faixa de servidão de 60,00 m de largura, que, para uma extensão total de 296 km, totaliza uma área aproximada de 1.780 ha. Esta faixa deverá ser habilitada de maneira a viabilizar a construção e posterior manutenção da linha.

A servidão administrativa compreende o direito, atribuído ao interessado, de praticar, na área por ela abrangida, todos os direitos de construção, manutenção, conservação e inspeção das linhas de transmissão / distribuição de energia elétrica (§2º, art. 1º, Decreto Federal No 35.851/54). Ela é atribuída por meio de uma declaração de utilidade pública, uma vez que as Linhas de Distribuição do Projeto são consideradas como empreendimento deste tipo, de acordo com o Código Florestal e com a Resolução CONAMA Nº 369/06.

A atribuição para declaração de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, antes incumbência do Poder Concedente, passou a ser de competência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no caso dos serviços e instalações de energia elétrica e do aproveitamento dos potenciais hidráulicos (Lei Federal No 9.074/95, com redação dada pela Lei Federal No 9.648/98).

Neste sentido, cabe a ANEEL, por meio de resolução, determinar a servidão administrativa de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de transmissão / distribuição de energia elétrica, como é o caso das Linhas de Distribuição em estudo.

Os proprietários das áreas atingidas limitarão o uso e o gozo das mesmas ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, em consequência,

de praticar, dentro delas, quaisquer atos que possam interferir com as LT's, incluídos, entre eles, os de erguer construções ou plantar espécies de porte elevado. No entanto, aos beneficiados pela servidão é assegurado o direito de mandar podar ou cortar quaisquer árvores, que, dentro da área da servidão ou na faixa paralela à mesma, ameacem as linhas de transmissão / distribuição (Art. 3º, Decreto Federal No 35.851/54).

A negociação entre o interessado e o proprietário das áreas de terras destinadas à implantação da LT deve acontecer de maneira amigável, cabendo ao primeiro se esforçar para tanto (Resolução ANEEL No 279/07). Os proprietários das áreas sujeitas à servidão têm direito à indenização correspondente à justa reparação dos prejuízos a eles causados pelo uso público das mesmas e pelas restrições estabelecidas ao seu gozo (Art.5º, Decreto Federal Nº 35.851/54).

TORRES E TIPOS DE FUNDAÇÃO

Para a construção da LT 500 kv Marimbondo II - Assis, estima-se, inicialmente que serão utilizadas 590 torres, sendo 450 estaiadas e 140 autoportantes. As torres autoportantes serão utilizadas como estruturas de suspensão, vértice e ancoragem em ângulo e terminal.

As silhuetas das estruturas e da estrutura predominante estão representadas nas figuras 4 e 5, a seguir.

Dependendo do tipo de torre a ser utilizada, a área a ser ocupada será de, no mínimo, 144 m² (12 x 12 m) e, no máximo, 1.600 m² (40 x 40 m). As fundações utilizadas serão dos tipos sapatas ou tubulões em concreto armado "in-loco". O volume estimado de escavação necessário por fundação variará de 20 a 100 m³ / torre, com profundidade variando de 3,00 m (sapatas) a 6,00 m (tubulão), podendo haver necessidade de fundações estacadas.

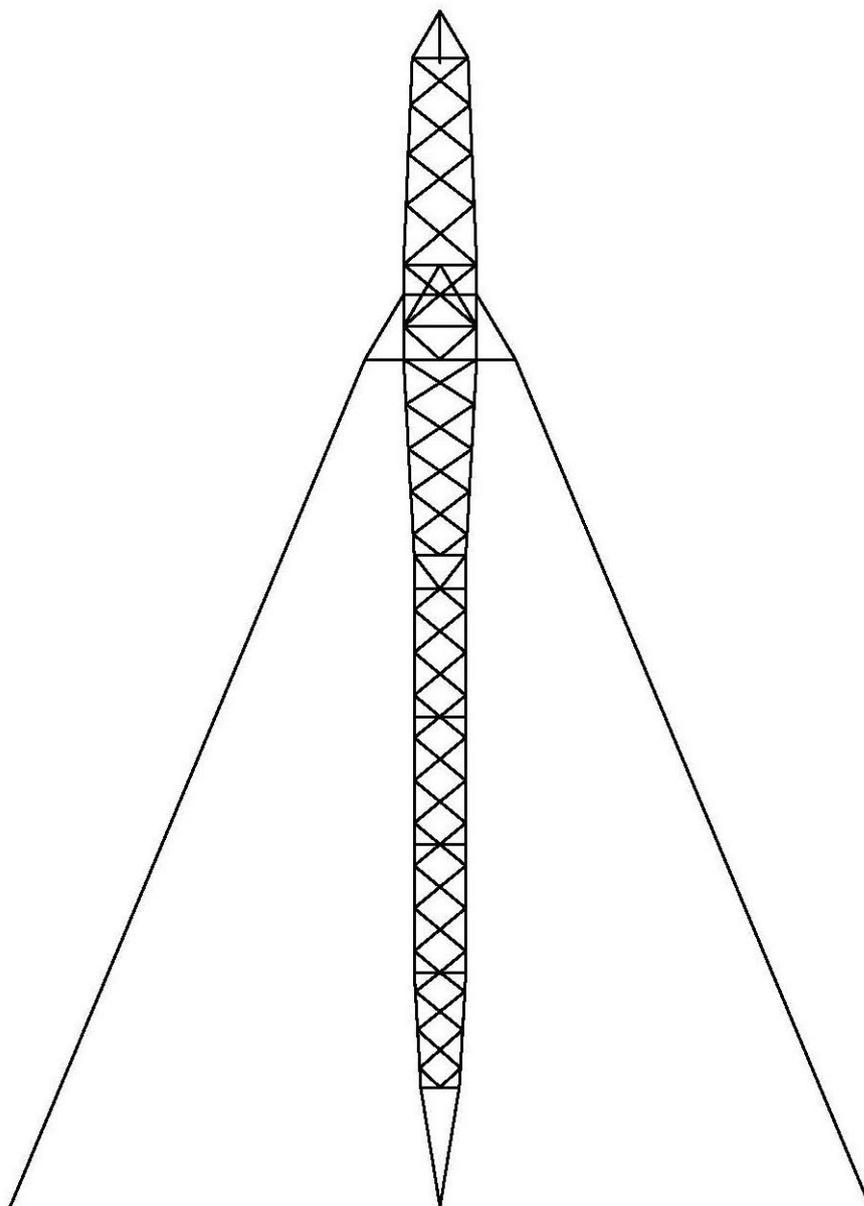


Figura 4. Silhueta da estrutura (Fonte: AMBIENTARE Soluções Ambientais, 2013).

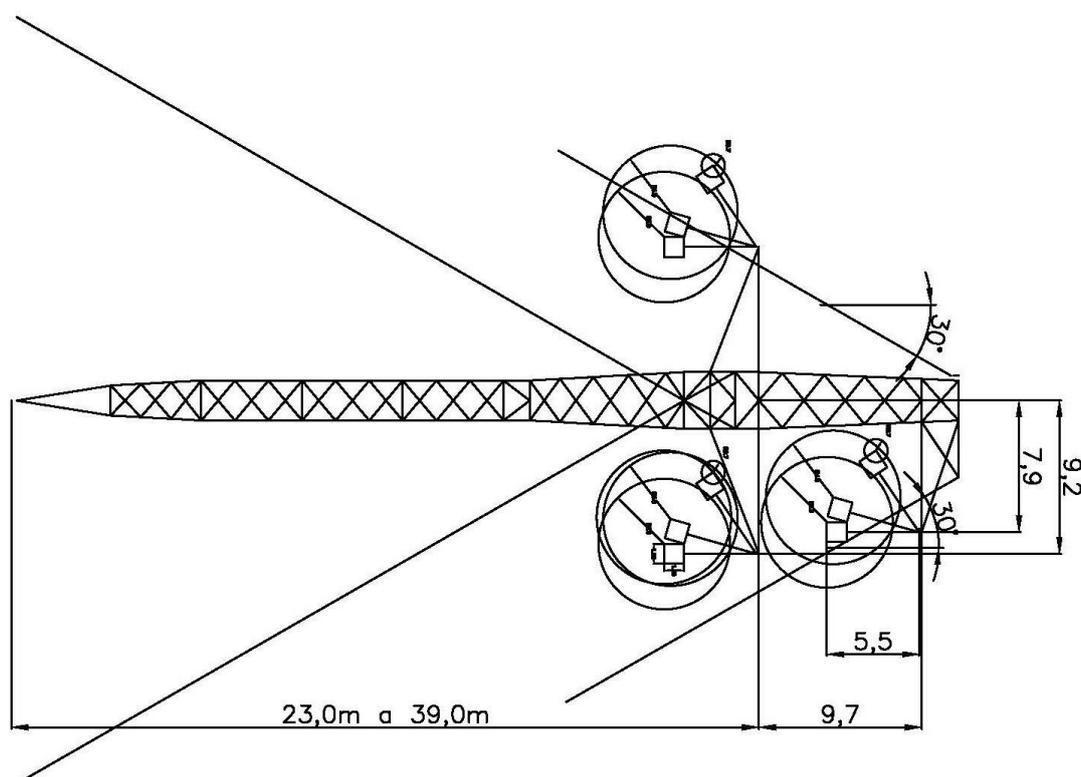


Figura 5. Silhueta da estrutura (Fonte: AMBIENTARE Soluções Ambientais, 2013).

2.2. Áreas de influência

O estudo arqueológico proposto por esse projeto de pesquisa contempla a Áreas Diretamente Afetadas (ADA), Áreas de Influência Direta (AID) e Áreas de Influência Indireta (AII) do empreendimento.

A ADA corresponde ao traçado propriamente dito, onde serão executadas obras de infraestrutura, supressão vegetal, empréstimo de material, deslocamento de equipamentos, entre outras ações que envolverão intervenções na superfície e subsolo da área onde será implantado o empreendimento.

A AID corresponde à área delimitada a partir de uma faixa de 60 m no entorno imediato da ADA. A AID é estabelecida devido à possibilidade de atividades como a circulação de maquinário pesado e execução de obras de apoio operacional que poderão impactar sítios arqueológicos presentes em seu espaço de delimitação.

A AID da LT 500 kV Marimbondo II - Assis foi definida considerando as potenciais alterações que deverão ocorrer com a construção e operação da linha, a saber: estabelecimento da faixa de servidão; instalação do canteiro de obras; ampliação das subestações; supressão de vegetação; aumento da circulação de veículos e de pessoas na região.

Em relação aos meios físico e biótico, a abertura da faixa de servidão desencadeia uma série de impactos diretos na área do empreendimento, desde a retirada de vegetação nativa, plantada ou de culturas agrícolas até um possível efeito de borda nos diminutos remanescentes florestais locais. Observa-se, também, que pode haver o início ou aumento de processos erosivos pontuais, relacionados com a instalação das torres e abertura de vias de acesso.

Sendo assim, para os meios físico e biótico, foi considerada como AID a faixa de servidão do empreendimento (60m para cada lado, a partir do eixo da linha), suas estruturas de apoio, vias de acesso que precisarão ser construídas, ampliadas ou reformadas, bem como todas as demais operações unitárias associadas exclusivamente à infraestrutura do projeto.

Da mesma maneira, para o meio socioeconômico, a AID foi definida como a poligonal que abrange a faixa de servidão da LT 500 kV Marimbondo II - Assis.

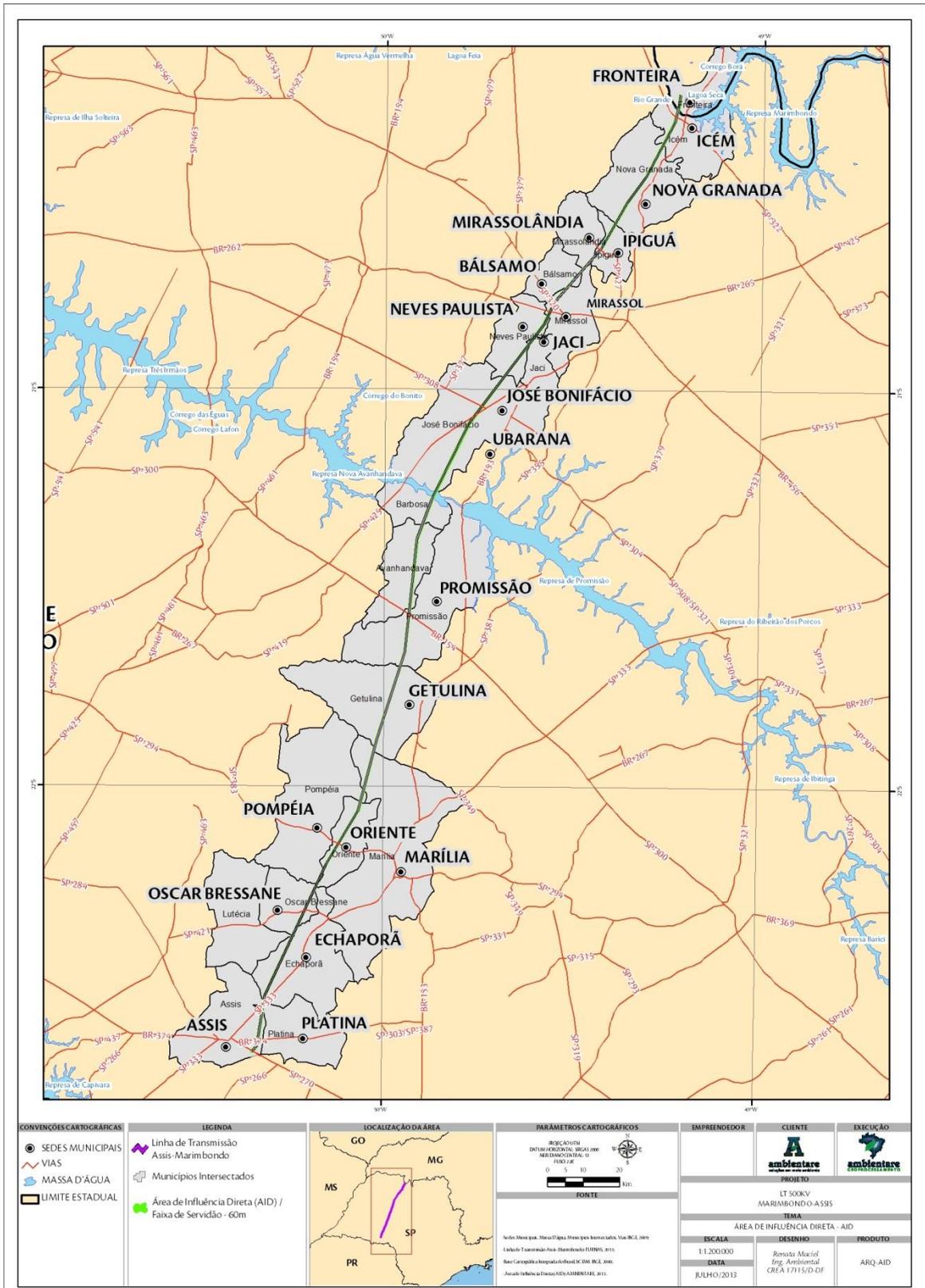


Figura 6 - AID do empreendimento (Fonte: AMBIENTARE Soluções Ambientais, 2013).

Já a All se constitui na área passível de sofrer os efeitos indiretos da implantação e funcionamento do empreendimento, mas com possibilidades de causar impactos sobre o patrimônio arqueológico local. Devido à falta de levantamentos preliminares visando à identificação do patrimônio arqueológico nas áreas de influência do empreendimento, antes do início da realização da pesquisa proposta por esse projeto, a All não pode ser definida com precisão. A princípio, considera-se a All como a área total dos vinte e um (21) municípios afetados pela linha.

A delimitação da All, considerando os potenciais impactos associados à instalação e operação de linhas transmissão, não obedece a um modelo pré-existente, devido à heterogeneidade dos componentes ambientais das diversas regiões brasileiras, bem como a diversificação dos projetos e de seus aspectos construtivos. Essa definição, todavia, é possível de ser feita por meio da escolha de critérios já consagrados pela literatura, com os devidos ajustes às peculiaridades de cada empreendimento.

Em empreendimentos lineares – como uma linha de transmissão -, a maior parte dos impactos indiretos, no que se refere aos meios físico e biótico, estão associados ao desmatamento sobre as áreas de matas nativas contíguas ao traçado da linha (com o conseqüente impacto sobre a fauna associada) e ao desencadeamento de processos erosivos, que podem atingir nascentes e cursos d'água, aumentando o assoreamento e prejudicando a qualidade das águas.

A região do empreendimento caracteriza-se por apresentar grandes áreas cultivadas, com baixa representatividade de fragmentos florestais nativos do Cerrado e Mata Atlântica.

Sendo assim, considerando as características locais e outros trabalhos de licenciamento de linhas de transmissão, definiu-se a All para os meios físico e biótico a área total dos vinte e um (21) municípios afetados pela linha.

Para o meio socioeconômico, a All foi delimitada considerando a totalidade das áreas dos vinte e oito municípios atingidos pela LT, a saber: Assis, Avanhandava, Bálsamo, Barbosa, Cândido Mota, Echaporã, Fronteira, Getulia, Guaíçara, Icém, Ipiruá, Jaci, José Bonifácio, Lutécia, Marília, Mirassol, Mirassolândia, Neves Paulista, Nova Granada, Onda Verde, Oriente, Orindiúva, Oscar Bressane, Platina, Pompéia, Promissão, São José do Rio Preto e Ubarana.

A partir dessas definições, haverá maior possibilidade de se identificar e propor medidas para minimizar/maximizar impactos que possam ter dimensões estratégicas.

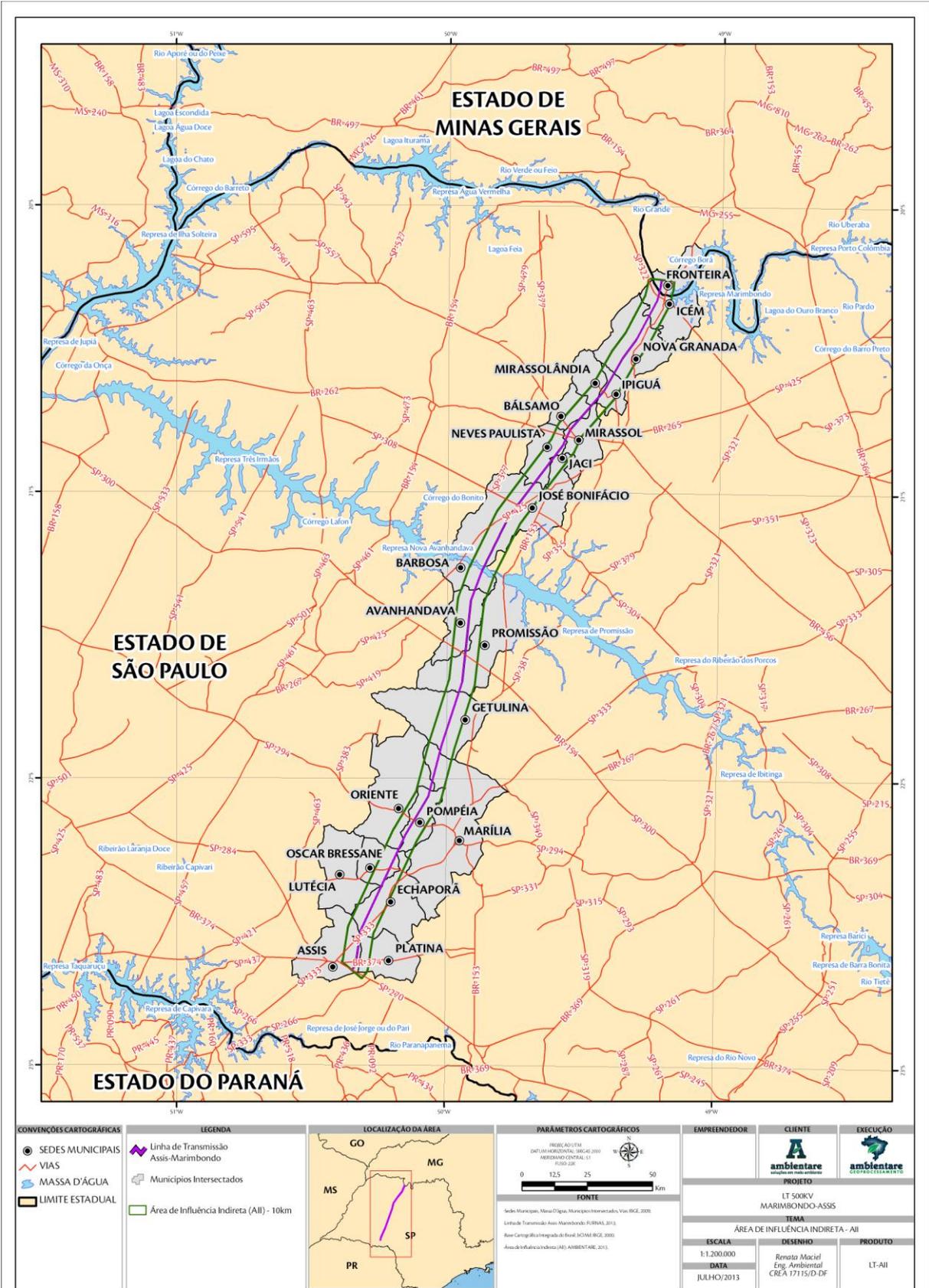


Figura 7 - AII do empreendimento (Fonte: AMBIENTARE Soluções Ambientais, 2013).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área onde será implantada Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II, Assis, estende-se no corredor situado entre o município de Fronteira no Estado de Minas Gerais, até o município de Assis, Estado de São Paulo. Essa área atinge vinte e dois municípios, sendo um no estado de Minas Gerais e vinte e um no estado de São Paulo. A implantação da infraestrutura do empreendimento possui 3006, 25 km², como descrito na tabela 2.

Tabela 2 - Municípios atravessados pelo corredor.

Município	UF	Extensão Linear Intersectada pela LT (km)	% no Corredor
Assis	SP	13,42	4,53
Avanhadava	SP	23,84	8,05
Bálsamo	SP	6,31	2,13
Barbosa	SP	9,56	3,23
Echaporã	SP	20,38	6,89
Fronteira	MG	4,42	1,49
Getulina	SP	24,11	8,15
Icém	SP	10,37	3,50
Ipiguá	SP	11,08	3,74
Jaci	SP	2,07	0,70
José Bonifácio	SP	37,82	12,78
Lutécia	SP	0,23	0,08
Marília	SP	11,92	4,03
Mirassol	SP	10,99	3,71
Mirassolândia	SP	3,56	1,20
Neves Paulista	SP	18,44	6,23
Nova Granada	SP	26,06	8,80
Oriente	SP	22,11	7,47
Oscar Bressane	SP	15,18	5,13
Platina	SP	1,30	0,44
Pompéia	SP	7,21	2,43
Promissão	SP	16,20	5,47

Esses vinte e dois municípios receberão a implantação da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II, Assis, compreendendo um corredor que se estenderá entre os Municípios de Fronteira – MG e Assis - SP.

O espaço onde se situam as áreas de influência do empreendimento será onde a Inside Consultoria Científica executará o Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II, Assis. O objetivo será o de tomar as medidas necessárias para evitar possíveis

danos ao patrimônio arqueológico que poderá vir a ser impactado pelas atividades relacionadas à execução do empreendimento. Assim, garantindo a preservação, estudo e divulgação científica desse patrimônio para a memória e patrimônio cultural nacional.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE ESTUDO

A área de abrangência da Linha de transmissão Marimbondo refere-se a um corredor que perpassa o oeste paulista, no entanto, origina-se na cidade de Fronteira - MG, próxima a divisa com o Estado de São Paulo, porém esta cidade não representa um grande contraste ambiental com o notado em São Paulo.

A grande abrangência do projeto propicia a variabilidade dos aspectos ambientais que compõem a paisagem dos espaços pelos quais a LT está inserida; principalmente no trecho paulista, notavelmente o trecho de maior abrangência, o que potencializa a probabilidade de se encontrar sítios arqueológicos dispersos pelas paisagens diversificadas que compõem o cenário ambiental ao longo da Linha de Transmissão.

4.1. Caracterização Ambiental

4.1.1. Vegetação

Conforme os dados do IBGE (1988), a vegetação da área coberta pela LT caracteriza-se conforme o exposto a seguir (ver figura 6):

- a) Floresta Estacional Semidecidual:
- b) Contato de Cerrado e Floresta Estacional Semidecidual
- c) Cerrado

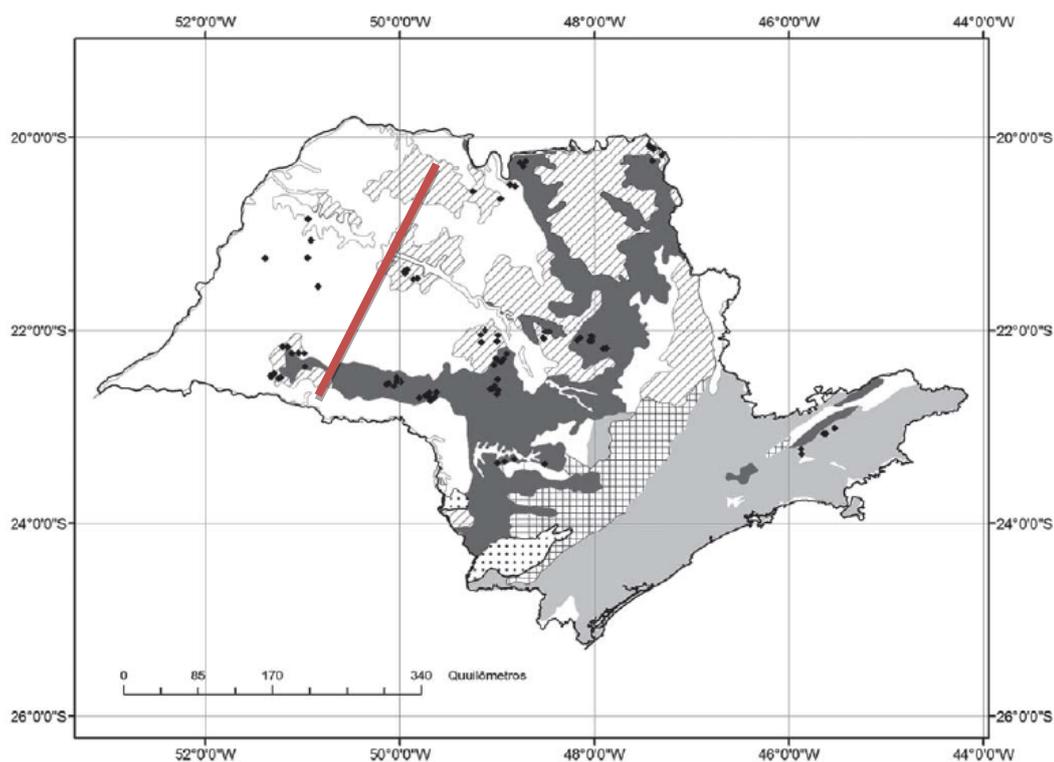


Figura 1. Mapa da vegetação do Estado de São Paulo editado a partir do Mapa de Vegetação do Brasil, digitalizado por U.S. Geological Survey's (USGS) EROS Data Center, Sioux Falls, South Dakota (IBGE 1988) com as localidades amostradas no projeto "Viabilidade de conservação dos remanescentes de cerrado do Estado de São Paulo". ◆ = 86 localidades amostradas; ■ = Floresta Ombrófila Densa; □ = Floresta Estacional Semidecidual; ▨ = Floresta Ombrófila Mista; ■ = Cerrado; ▩ = Contato Cerrado – Floresta Estacional Semidecidual; ▪ = Contato Cerrado – Floresta Ombrófila Densa.

Figura 8 - Mapa de Vegetação de São Paulo (Adaptado de Siqueira & Duringan, 2007).

Pode-se notar que no sentido Nordeste-sudoeste a LT perpassa por um gradiente de vegetação entre o Cerrado, áreas de tensão entre o Cerrado e florestas Estacional semidecíduas, e florestas Estacionais semidecíduas propriamente ditas. Tal variabilidade pode indicar ocupações pré-históricas diversas (filiações culturais) em função do gradiente paisagístico oferecido pelo espaço de ocupação, principalmente no que tange às áreas de transição entre a vegetação, tradicionalmente apontadas como ricas em recursos de fauna e flora, propícias a ocupação pré-histórica.

4.1.2. Geomorfologia

Os aspectos geomorfológicos assinalados para a região, conforme (IPT, 1981), com base nos mapas do Radam Brasil (1973), apontam feições de planalto, reconhecidos como o "Planalto Ocidental". A área corresponde a uma unidade geológica a ser referida posteriormente, porém podem-se notar feições planas, onde

os rios encontram-se fortemente controlados pelas falhas tectônicas, pertencendo principalmente a Bacia do Rio Paraná (ver mapa abaixo, figura 7).



PROVÍNCIAS	ZONAS	SUBZONAS
I - Planalto Atlântico	1 - Planalto Paulistano 2 - Planalto do Paraitinga 3 - Planalto da Bocaina 4 - Médio Vale Paraíba 5 - Serra da Mantiqueira 6 - Planalto de C. do Jordão 7 - Serrania de São Roque 8 - Zona Cristalina do Norte 9 - Planalto de Poços de Caldas 10 - Planalto de Ibiúna 11 - Planalto Crist. Ocidental	4a - Morros Cristalino 4b - Bacia de Taubaté 5a - Oriental 5b - Ocidental
II - Província Costeira	1 - Serrania Costeira 2 - Baixadas Litorâneas	1a - Serra do Mar 1b - Serra do Paranapanema
III - Depressão Periférica	1 - Zona do Médio Tietê 2 - Zona do Paranapanema 3 - Zona do Mogi Guaçu	
IV - Cuestas Basálticas		
V - Planalto Ocidental		

Figura 9 - Geomorfologia do Estado de São Paulo (Fonte: IPT, 1981).

4.1.3. Geologia

A Geologia regional aponta o oeste paulista, especialmente a área de implantação da LT como pertencente a rochas do “Grupo Bauru”. O Grupo Bauru compreende um pacote sedimentar cretáceo, pertencente à Bacia do Paraná, que

aflora em área de cerca de 117.000 km² no Estado de São Paulo (DAEE 1990), tendo como substrato as rochas basálticas da Formação Serra Geral e, localmente, os sedimentos das formações Botucatu e Pirambóia, como na região de Bauru (SP) e Agudos (SP) (Suguio et al.1977, Paula e Silva & Cavaguti 1994).

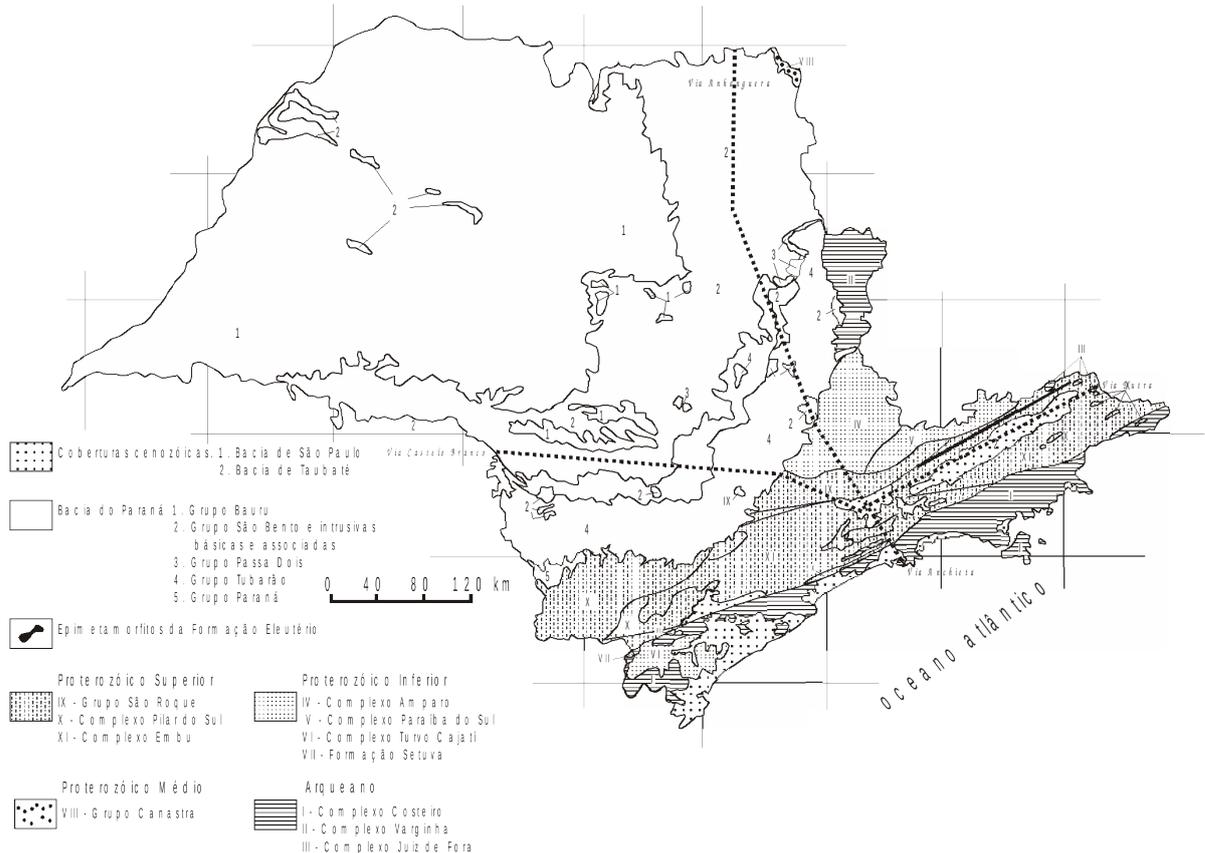


Figura 10 - Mapa geológico do Estado de São Paulo (Fonte: Mapa Geomorfológico do estado de São Paulo, IPT, 1981).

4.1.4. Hidrografia

Quanto à hidrografia, a área perpassa as seguintes bacias assinaladas no quadro abaixo:

Tabela 3 - Bacias e Sub-bacias Hidrográficas da área de implantação do projeto.

BACIAS	SUB-BACIAS
Rio Grande	Rio Tietê
Rio Paranapanema	Rio Turvo
	Rio Peixe
	Rio Aguapeí



Figura 11 - Mapa das Bacias hidrográficas de São Paulo.

4.1.5. Clima

Segundo a classificação de Köppen (1936), a área atravessa três diferentes zonas climáticas:

- Af: Tropical Equatorial
- Aw: Tropical com chuvas no verão, savanas
- Am: Tropical com monções.

Todas as zonas refletem variações do clima tropical, predominante região, variando apenas quanto ao comportamento da precipitação.

Para verificação especial das zonas, notar o mapa abaixo:



Figura 12 - Mapa das zonas climáticas de São Paulo, segundo Koppen (1936).

4.1.6. Pedologia

Quanto à distribuição dos solos, predominam solos os solos abaixo:

- Horizonte B Textural, principalmente solos podzólicos vermelho-amarelo,
- Solos podzolizados de Lins e Marília,
- Latossolo vermelho-escuro fase arenosa

A distribuição dos solos encontra-se representada no mapa abaixo:

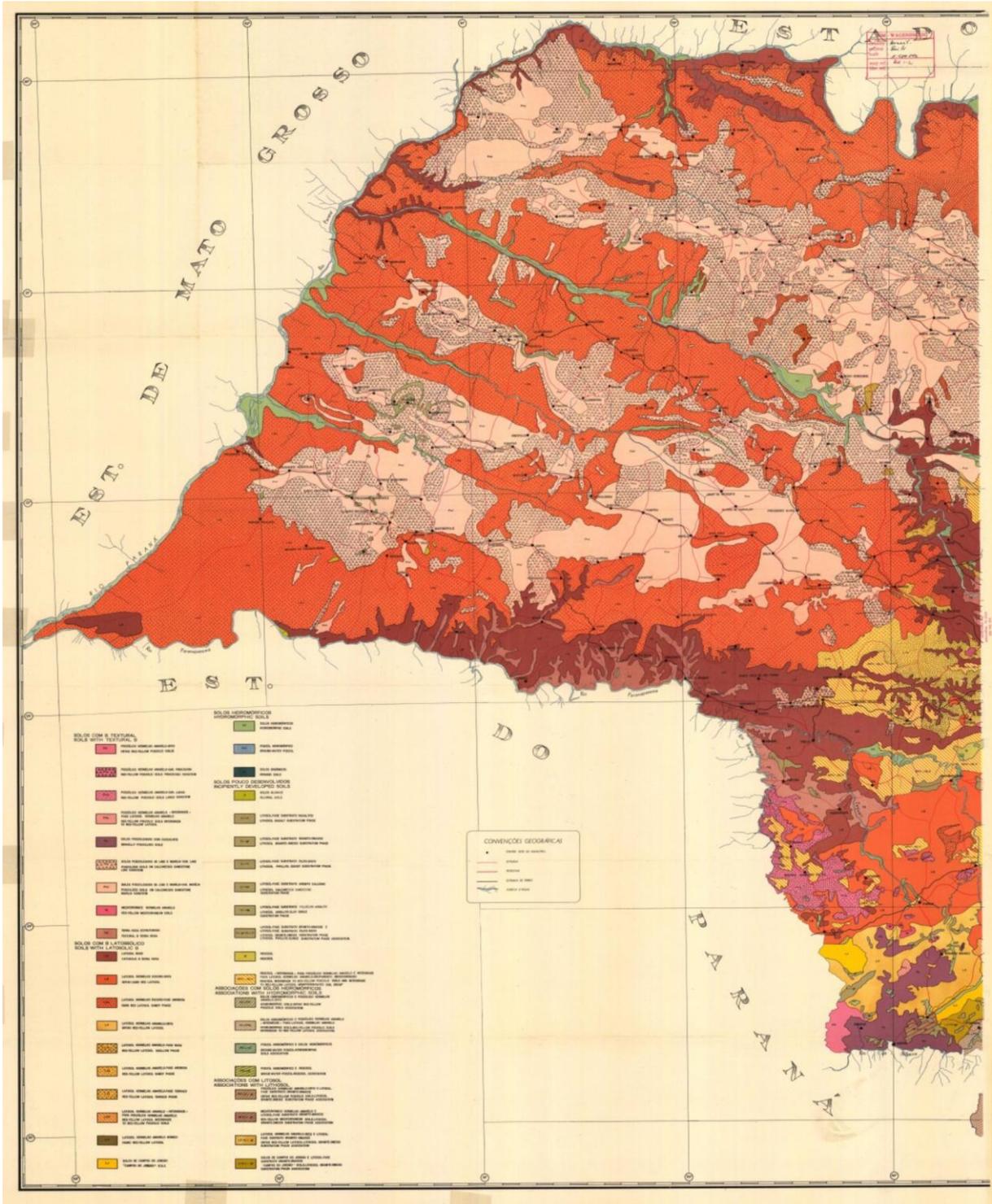


Figura 13 - Mapa pedológico do Estado de São Paulo (Fonte: RADAMBRASIL, 1974).

4.1.7. Quadro Síntese dos aspectos ambientais

Tabela 4 - Quadro síntese dos aspectos ambientais da região.

OESTE PAULISTA	
Aspecto Ambiental	Caracterização
Vegetação	Cerrado
	tensão entre o Cerrado e florestas Estacional semidecídua
	florestas Estacional semidecíduas
Geomorfologia	Planalto Ocidental
Geologia	Grupo Baurú
Hidrografia	Bacia do Rio Grande
	Bacia do Rio Paranapanema
	Sub-bacias dos rios: Rio Tietê Rio Turvo Rio Peixe Rio Aguapeí
Clima	Af: Tropical Equatorial
	Aw: Tropical com chuvas no verão, savanas
	Am: Tropical com monções
Pedologia	podzólicos vermelho-amarelo,
	solos podzolizados de Lins e Marília,
	Latossolo vermelho-escuro fase arenosa

5. Contexto Arqueológico e Histórico Regional

5.1. Contexto Arqueológico

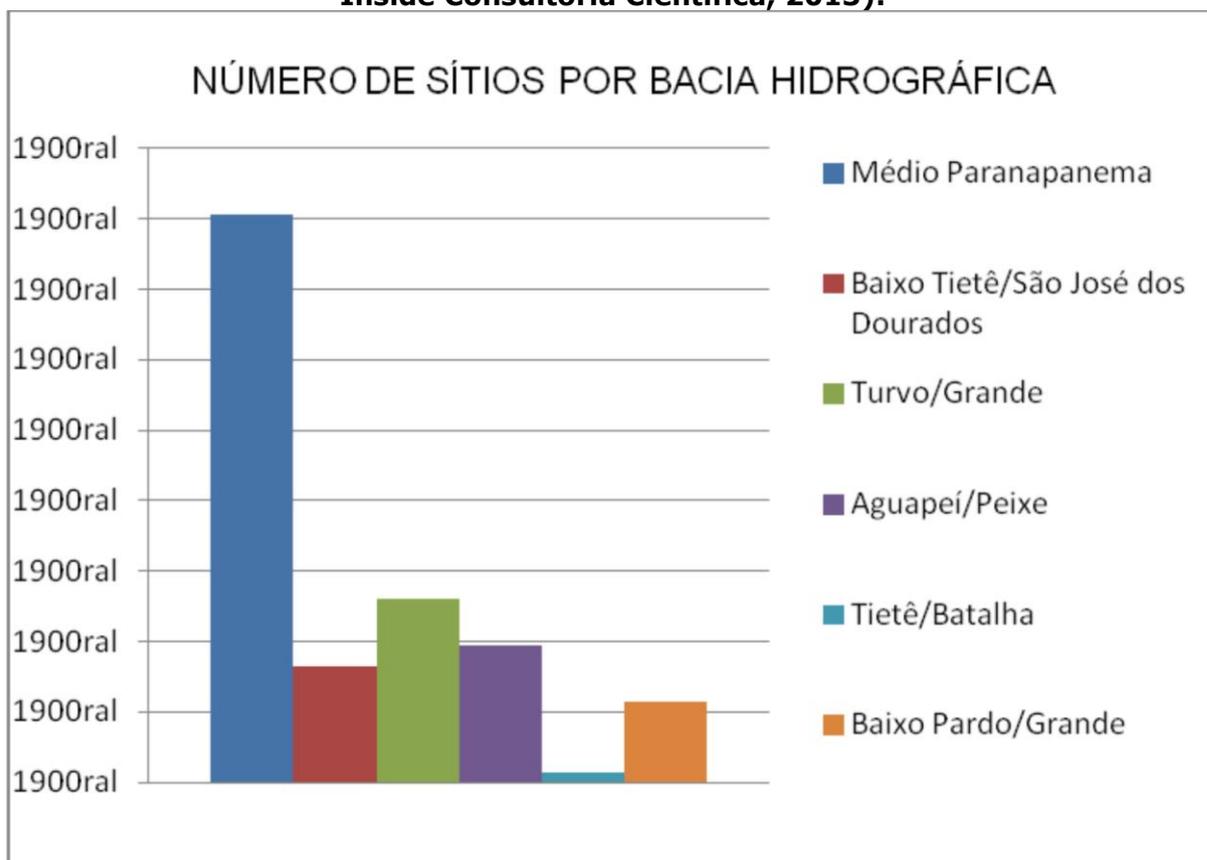
Para apresentarmos a contextualização arqueológica e etnohistórica dos municípios envolvidos neste projeto, mostraremos as informações decorrentes das pesquisas desenvolvidas nas bacias hidrográficas as quais os municípios estão inseridos, a saber: a bacia do Médio Paranapanema, Baixo Tietê/São José dos Dourados, Tietê/Batalha, Peixe/Aguapeí, Baixo Pardo/Grande e Turvo/Grande. Os municípios estão distribuídos conforme abaixo:

1. Médio Paranapanema: Assis (1885), Echaporã (1922) e Platina (1894);
2. Baixo Tietê/São José dos Dourados: Neves Paulista (1922); Avanhandava (1908); Barbosa (1932); José Bonifácio (1906); Promissão (1908) e Ubarana (1925);
3. Tietê/Batalha: Guaiçara (1921) e Jaci (1890);
4. Peixe/Aguapeí: Getulina (1917) e Pompéia (1852); Lutécia (1922); Marília (1913); Oriente (1929) e Oscar Bressane (1920);
5. Baixo Pardo/Grande: Icém (1914) e Fronteira;
6. Turvo/Grande: Bálsamo (1920); Ipiguá (1993); Mirassol (1910); Mirassolândia (1925); Nova Granada (1911); Onda Verde (1920); Orindiúva (1929) e São José do Rio Preto (1852).

De acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e de pesquisas acadêmicas desenvolvidas na região, dos municípios afetados apenas cinco² têm sítios arqueológicos cadastrados, totalizando nove sítios: dois em Avanhandava; dois em Assis; três em Icém; um em Pompéia e um em Marília. No entanto, para as bacias em questão e de acordo com as pesquisas, tanto de âmbito acadêmico quanto do empresarial, há aproximadamente 300 sítios identificados, conforme mostra o gráfico:

² As pesquisas no âmbito de Arqueologia Preventiva têm gerado mais resultados, porém essas informações ainda não foram atualizadas no banco de dados do IPHAN.

Gráfico 1 - Número de sítios distribuídos pelas bacias hidrográficas (Fonte: Inside Consultoria Científica, 2013).



As evidências localizadas nessa macrorregião demonstram uma forte interação entre grupos diversificados de caçadores-coletores e, sobretudo, no que concerne a grupos agricultores ceramistas, associados às Tradições Tupiguarani, Aratu, Uru e Itararé (MARANCA, *et AL* 1994; ROBRAHN-GONZÁLEZ, *et AL* 1998; PARDI & IQUEGAMI, 1999; FERNANDES, 2001; DE BLASIS & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003)

Os cenários de ocupação serão apresentados em dois grandes blocos, um primeiro caracterizado por sítios líticos, cuja ocupação pode remontar a 9 mil anos, e um segundo representado pelos sítios *lito-cerâmicos* datados em até 2 mil anos. Essas denominações adquirem aqui um caráter apenas instrumental, uma vez que não estão relacionadas a grupos culturais homogêneos, pelo contrário, encerram grupos diversificados.

Grupos caçadores coletores

As duas grandes Tradições arqueológicas associadas aos grupos caçadores-coletores que ocuparam o território paulista são a Umbu e Humaitá. Estas foram definidas a partir das atividades na região sul do país, realizadas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), sendo que os sítios líticos identificados ao longo das décadas de 60 e 70 foram distribuídos em 42 fases arqueológicas. Enquanto a Tradição Umbu é caracterizada pela presença de pontas de projétil com acabamento esmerado, a Tradição Humaitá está relacionada à presença de peças líticas mais robustas. Na região em apreço, elementos de ambas as tradições foram identificados nos estudos realizados até o momento (MORAIS, 1999/2000: 203-204).

Com as inquietações quanto à validade dos conceitos de Tradição e Fases arqueológicas, nas décadas de 1980 e 1990 Peter Hilbert (1994) sugere que os grupos Umbu e Humaitá podiam fazer parte de uma mesma indústria lítica, diferenciando-se morfologicamente de acordo com distinções funcionais dos conjuntos de sítios associados a um mesmo sistema de assentamento.

Com o intuito de verificar a validade desta hipótese, Hoeltz (1995, 1997a, 1997b) e Dias (1994, 1995b, 1996, 1999b) desenvolveram estudos tecno-tipológicos de coleções líticas derivadas das pesquisas arqueológicas de décadas anteriores, associadas às diferentes áreas, objetivando compreender as distinções em termos de organização tecnológica entre ambas as tradições. Refletindo sobre os resultados dessa pesquisa, Dias e Silva (2001), destacam que se por um lado as indústrias líticas da Tradição Umbu apresentam uma extrema homogeneidade, a diversidade dos conjuntos relacionados à Tradição Humaitá pode ser mais bem compreendida se observada em relação aos contextos regionais de distribuição dos sítios. Estes, em geral, estão associados às áreas tradicionalmente ocupadas por horticultores, associados à Tradição Taquara e a Tradição Guarani, podendo fazer parte dos sistemas de assentamento destes grupos ceramistas (ZANETTINI, 2004 apud DIAS e SILVA, 2001).

Para a bacia do Médio Paranapanema, os trabalhos de Chmyz (1967: 63; 1977: 195-209) identificaram a Fase Andirá e Timburi. A Fase Timburi apresentou a ocupação mais antiga para a região (4700 a.C.-1150 d.C.) com artefatos líticos desta que se apresentam de forma quase sempre bastante elaborada com núcleos e lascas espessas de arenito silicificado, são representados por raspadores de escotadura (ou reentrância), laterais, circulares e plano-convexos. Já a fase Andirá

apresentou uma indústria lítica formada a partir de seixos rolados de silexito (predominante), arenito silicificado e quartzito, resultando em um instrumental pouco especializado, em sua maioria, representado por núcleos e lascas simples utilizadas.

Na bacia do rio Pardo, na década de 1980, outros sítios líticos foram identificados nos desenvolvido o Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale Médio do Rio Pardo, pelo Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo (USP). Esse programa identificou 14 sítios líticos a céu aberto, 04 cerâmicos e 03 com gravuras rupestres – um destes, o Abrigo de Furnas, apresenta também vestígios lascados em subsuperfície. Os sítios líticos podem ser divididos em dois conjuntos distintos: um dispondo de artefatos líticos plano-convexos e outro de artefatos líticos bifaciais (pontas). Foram realizadas datações que indicaram um marco mais antigo - 3.440+40 AP - e um marco mais recente, isto é, 1690+50 AP para a ocupação da região (CALDARELLI & NEVES, 1981).

Para região mais noroestes, nas proximidades de São José do Rio Preto, os estudos realizados na área da UHE Água Vermelha, município de Ouroeste identificou sítios líticos datados em até 9000 anos caracterizados por peças bem elaboradas de grandes dimensões e outras, menores, sobre lascas. No referido trabalho foram identificados quatro sítios líticos, a saber: Água Vermelha 7, Aroeira, Marinheiro 1 e Jacu 1 (DE BLASIS & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003).

No âmbito da arqueologia empresarial, uma vistoria arqueológica não interventiva efetuada na área do Dique de Guaraci/ Reservatório de Marimbondo, município de Guaraci, resultou no achado de 2 sítios e 6 ocorrências arqueológicas com indícios que apontam para ocupações humanas muito antigas, no caso, relacionados à passagem/ exploração da área por caçadores coletores, ou seja, de grupos que teriam se instalado na região há pelo menos 8 mil anos AP, portadores de tecnologia lítica associada à Tradição Umbu (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2004).

De acordo com as pesquisas desenvolvidas até agora percebemos que as variações culturais entre os chamados “caçadores e coletores” representa um grande número de grupos que, ao longo do tempo, ocuparam a região. É bem possível, ainda, que tenham coexistido em alguns momentos, bem como participado de diferentes processos de interação cultural.

Os estudos de Dias (2003) aponta que o conceito de tradição arqueológica corresponde a uma classificação que diagnostica variabilidade entre conjuntos

artefatuais, mas não explica como os grupos caçadores possam ter compartilhado o mesmo espaço por milhares de anos. Dessa forma, interpretações sobre a mobilidade desses grupos e suas formas de ocupação se tornam limitadas. Esta questão pode ser avaliada se nas várias fases da Tradição Humaitá que em muitos casos englobam conjuntos líticos associados a sítios cerâmicos de superfície, interpretados como representando uma sobreposição de ocupações (DIAS, 2003; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2004).

Grupos agricultores-ceramistas

Os estudos realizados tanto no âmbito da arqueológica acadêmica quanto na arqueologia empresarial tem mostrado que o território paulista sofreu intensa ocupação por parte de diferentes grupos agricultores-ceramistas. Conforme indica os resultados dessas pesquisas, no que concerne ao conceito de tradições arqueológicas são quatro as presentes na área do estudo em questão: Tradição Tupiguarani; Tradição Aratu; Tradição Sapucaí; Tradição Uru e Tradição Itararé-Taquara.

Uma das discussões mais freqüentes com relação à Tradição Tupiguarani está relacionada à existência de um centro de origem e prováveis rotas de dispersão. Noelli (1996) realizou uma extensa revisão desses modelos indicando dois pontos em comum nesses trabalhos: a existência de um centro de origem e de diferentes rotas de expansão e dispersão dessas populações. Esse seria o único consenso uma vez que hipóteses diferenciadas se multiplicaram ao longo dos trabalhos desenvolvidos sobre a temática.

Enquanto a origem amazônica constituiu consenso entre os autores, o local específico e rotas de dispersão ainda geram bastante polêmica. O estado de São Paulo, por sua vez, tem sido apontado como área limite das divisões internas da Tradição Tupiguarani, ou seja, a fronteira entre as subtradições Guarani e Tupinambá (BROCHADO, 1984). Para alguns os limites físicos dessa fronteira estariam situados no rio Tietê, para outros no Paranapanema; alguns defendem que o norte de São Paulo constituiria o marco geográfico referencial dessa fronteira (MORAES, 2007).

A tradição Tupiguarani foi identificada no vale do rio Tietê, ao norte, no rio Grande e Turvo, a leste no rio Mogi Guaçu e no rio Pardo (PEREIRA JUNIOR, 1957;

PALLESTRINI, 1981-1982; CALDARELLI, 1983; MARANCA *et AL*, 1994; MORAIS, 1995; MORAES, 2007; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

A Tradição Aratu foi definida a partir do estudo realizado por Calderón (1967/68) na Baía de Todos os Santos (Distrito de Aratu), é caracterizada pela presença de urnas funerárias piriformes, tigelas, vasos geminados e presença de bordas onduladas. Em sua maioria não apresenta decoração e possui antiplástico mineral (CALDERÓN, 1967/68, 1968/69, 1969/70, 1972).

A origem dos grupos associados à Tradição Aratu é incerta. Brochado (1990) defende a hipótese de um deslocamento dos grupos Jê e Cariri saindo da Amazônia para o Centro-Oeste, seja por questões ambientais, demográficas ou simbólicas. Assim os grupos portadores da cerâmica Aratu estariam filiados aos grupos do tronco lingüístico Macro-Jê. Outra linha de interpretação defende a origem local dessas aldeias devido conseqüentes dos processos históricos específicos ocorridos na região Centro-Oeste (WÜST & BARRETO, 1999). Uma terceira hipótese consiste na combinação de fatores internos e externos para o surgimento dessas aldeias, e leva em consideração a possibilidade da formação desses agricultores do leste derivar tanto de deslocamentos externos como do desenvolvimento de comunidades locais, envolvendo diferentes formas de contato cultural (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, 2001b).

Até o momento no estado de São Paulo ocupação de grupos associados à denominada Tradição Aratu foi verificada em alguns sítios da região: Maranata Água Vermelha 2, Água Vermelha 6, Viçosa 2, Turvo, Boiadeira, Barro Preto, Santo Antônio, Cipó, Marinheiro, Sítio Baixadão, Água Limpa, além das referências nos municípios de Guaíra e Franca (PEREIRA JUNIOR, 1957; MARANCA, *et AL*, 1994; FERNANDES, 2001; DE BLASIS, 2003; JULIANI, 2004, apud SCIENTIA, 2006; PENIN & DE BLASIS, 2005/2006; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007b).

Outra tradição encontrada no território paulista é a Tradição Sapucaí, definida por Dias Júnior para Minas Gerais é caracterizada pela presença de vasos grandes com cacos muito espessos. As urnas tendem às formas globulares e geralmente tinham associadas vasos pequenos de paredes finas e bases perfuradas. A cerâmica Sapucaí apresenta pouca decoração, por vezes um banho vermelho que pode ser aplicado em qualquer tipo de vaso (PROUS 1992, p.350).

Alguns pesquisadores chegam a propor a união das duas tradições regionais Aratu e Sapucaí o que resulta na junção das diversas fases cerâmicas

(FERNANDES, 2001). De fato essas tradições possuem características em comum, como por exemplo, a falta de pratos assadores que indicariam o consumo de mandioca, por outro lado, sua economia estaria baseada no cultivo do milho (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p.102).

A morfologia dos sítios Aratu-Sapucai é comumente caracterizada pelo padrão de casas, formando um círculo ao redor de uma grande praça, eventualmente com duas ou até mesmo três linhas concêntricas. Os sítios mais recentes apresentariam um número menor de casas.

A Tradição Uru, identificada no Brasil Central foi definida em 1974 e denomina uma tradição ceramista de grupos das bacias do Tocantins e Araguaia. As vasilhas são simples com formas características específicas, tais como: bases planas de tigelas e pratos (algumas com ângulo de 90°) e bordas acasteladas e por vezes apresentam banho vermelho e entalhes no lábio. Os pratos e tigelas de bases planas são atribuídos à transformação da mandioca tóxica em alimento. O emprego do antiplástico cariapé, principalmente do tipo A, é constante. Os sítios Uru apresentam tanto o padrão circular como um alinhamento de casas em relação a uma drenagem (SCHMITZ *et AL*, 1982).

No estado de São Paulo sítios com características híbridas associadas às Tradições Aratu e Uru foram observadas nos sítios Água Vermelha 1, Lagoa Preta I e II Água Branca, Cachoeira de Emas 1, Olímpia VII e Bebedouro I. Todos localizados mais a centro e norte do estado (CALDARELLI & NEVES, 1981; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1998; AFONSO & MORAES 2006; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006, 2008, 2011).

A Tradição Itararé - Taquara é caracterizada por fragmentos de vasilhas pequenas e médias, com coloração escura. Os instrumentos de pedra lascada são simples, prevalecendo lascas utilizadas para corte e raspagem. De pedra polida são as lâminas de machado e as mãos de pilão. Em algumas regiões foram encontrados objetos polidos alongados com a extremidade mais larga e arredondada, chamados de virotes: essa forma corresponde exatamente às armações de setas de osso ou madeira que os caçadores indígenas utilizavam para abater aves sem fazê-las sangrar. Outra possibilidade é que essas peças tenham sido utilizadas para a derrubada do pinhão. Ocorrem estruturas de terra que indicam a construção de “casas subterrâneas” utilizadas para proteção, principalmente em regiões frias. Também foram localizados aterros, utilizados como cemitério (PROUS, 1992).

Araujo (2007) aponta datas de 1500 a 300 anos atrás para essas ocupações ao longo do estado de São Paulo.

As populações Kaingang (grupo étnico pertencente ao tronco lingüístico Jê) que ocuparam os vales dos rios Tietê e Paranapanema foram associadas à Tradição Itararé – Taquara. Rodrigues (2005) em sua pesquisa na bacia do Feio/ Aguapeí identificou a presença de sítios arqueológicos, assim como referências de material cerâmico nas proximidades da rodovia Assis-Marília, durante o EIA do prolongamento da Rodovia Castelo Branco. Tais evidências apresentaram características ligadas à tradição Itararé – Taquara. Rodrigues aponta também que os vestígios arqueológicos mencionados em fontes históricas sobre a ocupação da região apresentam indícios desta ocupação heterogênea onde há relatos da presença dos *Kaingang*, dos *Guarani*, dos *Oti-Xavante* e dos *Ofaié-Xavante* (RODRIGUES, 2005).

“o planalto ocidental paulista poderia ter facilmente servido como região de intenso tráfego de elementos culturais, via de escoamento e corredor de influências porque sitiado, a um lado, pelas serras de Piratininga e o litoral atlântico; por outro pela região do Chaco que se forma a oeste da bacia do Paraná; ao norte pelos campos e matas do Brasil central; e ao sul pelos campos férteis do Paraná e os pampas (...) cada uma dessas áreas geográficas ocupadas por populações indígenas culturalmente diferentes – Guarani (Mbia e Nhandeva), Tupi, Guaicuru-Mbaia, Aruak, Jê, entre outras...” (MANO Apud ROBRIGUES, 2005: 3).

Para o norte do estado o papel de José Anthero Pereira Junior que atuou principalmente contribui de forma expressiva para demonstrar a ocupação heterogênea. Ele identificou a Tradição Tupiguarani nos municípios de Guairá e Franca onde também verificou cerâmica de características distintas à Tradição Tupiguarani sendo mais tarde associada à Tradição Aratu. Na Fazenda Mandu (município de Guairá), esse pesquisador detectou a presença de material cerâmico enquadrado, anos mais tarde por Brochado (1984), na Subtradição Guarani. Desse modo, no norte de São Paulo teríamos evidências de tradições ceramistas

diferenciadas, de modo geral associadas a troncos linguísticos também distintos Tupi e Jê (PEREIRA JÚNIOR, 1957).

As pesquisas que estão sendo desenvolvidas no âmbito da arqueologia preventiva em muito têm contribuído para melhor compreensão da ocupação pretérita do estado de São Paulo, no entanto esses dados ainda não estão em fase de compilação ou no aguardo de serem mais profundamente estudados.

5.2. Contexto Histórico Regional

A constituição do território paulista

O território paulista originou-se no século XVI, com a Capitania de São Vicente, tendo como donatário e fundador da primeira vila brasileira (Vila de São Vicente, em 1532), Martim Afonso de Sousa. A colonização da Capitania começou pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos. No entanto essa atividade não perdurou, pois o açúcar produzido concorria em desvantagem devido a qualidade do solo e distância dos portos europeus (FAUSTO, 2001, p. 91).

Com a crise do engenho vicentino a população da vila foi abandonada pela Coroa Portuguesa, e logo, pela procura de alimento, os portugueses subordinaram os índios e, posteriormente, resolveram subir a Serra do Mar.

Ao chegarem à Serra do Mar os portugueses se instalaram no Planalto de Piratininga (800 m), um povoado localizado no interior da Capitania de São Vicente, fundado pelos padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, em 1554. Entretanto, isolados da Vila de São Vicente pela Serra do Mar, voltaram-se para a produção de subsistência. Porém, as péssimas condições de vida fizeram à população, no limiar do século XVII, aprisionar os indígenas e se organizarem em bandeiras.

As bandeiras eram expedições que reuniam, de modo geral brancos, índios e mestiços que em grande número adentravam pelo sertão em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. Segundo Fausto (2001, p. 94), *as bandeiras tomaram as direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis*. Os bandeirantes paulistas foram os desbravadores do sertão, suas longas viagens ultrapassaram o Tratado de Tordesilhas com objetivos puramente econômicos (ouro, captura de índios, missões jesuítas, pecuária, fortes e drogas do sertão). Dessa forma, o início do século XVII é também o momento que estabeleceu os primeiros

contatos interétnicos entre colonos europeus e as etnias do planalto paulista.

Em 1695, no Rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, ocorrem as primeiras descobertas significativas de ouro. A tradição associa a essas primeiras descobertas a Borba Gato, genro de Fernão Dias. Durante os quarenta anos seguintes, foi encontrado ouro em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Ao lado do ouro, surgiram os diamantes, cuja importância econômica foi menor, descobertos no Serro Frio, norte de Minas por volta de 1730 (FAUSTO, 2001, p. 98).

Segundo consta, o povoamento da região onde hoje se localiza o município de Fronteira, Minas Gerais, teve início no século XVIII, em especial a partir de 1736, quando foi aberta a Picada de Goiás, no trecho que saía de Pitangui rumo a noroeste, tendo sido concedidas sesmarias para localização de estâncias ao longo da Picada, onde também foram se formando pontos de parada e abastecimento.

O trânsito de bandeiras pela região relacionava-se à presença de vários caminhos para as minas de Goiás, que faziam junção nas proximidades do atual município de Paracatu, localizado no Noroeste de Minas.

De qualquer forma, admite-se que todo o território já era conhecido desde o final do século XVI pelos brancos, que vinham da Vila de São Paulo com objetivos de conquista, não de povoamento. Assim, sabe-se que chegaram ao Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste Mineiro as bandeiras de Domingos Luís Grou (1586-1587), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596), Domingos Fernandes (1599) e Nicolau Barreto (1602-1604).

Os paulistas levaram quase um século para encontrar os primeiros metais preciosos em Minas Gerais. Com a febre do ouro, os bandeirantes no início da atividade mineradora reivindicaram junto ao rei de Portugal exclusividade na exploração do metal, mas, os estrangeiros e baianos se opuseram, resultando, assim, a Guerra dos Emboabas (1708-9).

Logo, a Coroa Portuguesa assumiu o controle das minas de ouro. Nesta fase, houve no Brasil uma mudança no eixo de desenvolvimento econômico: da lavoura canavieira do litoral nordestino para a mineração no interior das Minas Gerais. Os paulistas se dispersaram e foram para Goiás e Mato Grosso em busca de

metais preciosos. Enfim, os paulistas começaram penetrar o interior do Brasil, e no atual estado de São Paulo devido à facilidade de navegação nos rios Tietê e Paraíba do Sul.

Já na segunda metade do século XVIII houve o enriquecimento de outros setores da sociedade paulista, sobretudo daqueles vinculados à monocultura canavieira localizados nas vilas de Itu, Campinas, Porto Feliz e Jundiaí. A atividade canavieira atuou neste período como propulsor para o sucesso das lavouras de café a partir de 1850 devido a infraestrutura comercial, financeira e de transportes implementada pela cultura canavieira durante o último quartel do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

A cultura canavieira foi responsável pelo surgimento de cidades importantes pra economia paulista, como Araraquara que surgiu como freguesia de São Bento, em 1817, passando à categoria de município em 1833. Limeira, por sua vez, surgiu em 1830 – freguesia de Nossa Senhora das Dores do Tatuíbi –, fruto da construção de uma estrada feita para escoar a produção açucareira dos engenhos da região. Rio Claro foi fundada em 1827, tornando-se município em 1845 (LEMOS, 2008). A cultura canavieira iniciou um processo de povoamento do interior paulista que foi intensificado com a inserção das lavouras de café, ao longo do século XIX.

A área tomada pelo café amalgamou terras antes povoadas por movimentos históricos distintos. Ela abrangia, de modo geral, desde a região do Oeste Paulista (indo de Campinas, Rio Claro e São Carlos até Araraquara e Catanduva) até o nordeste da província, passando por Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto.

As estradas de ferro foram que os principais canalizadores para a expansão da cultura cafeeira pelo planalto paulista. A partir da década de 1860 substituíram paulatinamente os antigos caminhos de terra atravessados pelas tropas de mulas. Se por um lado a crescente malha ferroviária aumentou a qualidade da interligação entre a cidade de São Paulo, o porto de Santos e as localidades próximas à Capital da Província, por outro, ampliou as vias de comunicação e as áreas de povoamento de territórios planaltinos longínquos, além de reduzir o frete dos transportes das mercadorias.

A malha ferroviária de São Paulo teve como marco fundador a implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (1867), após atingiu o nordeste Paulista com a Estrada de Ferro Mogiana (1872), a Companhia Paulista, por sua vez, penetrou no Oeste Paulista, atingindo Campinas (1872), Rio Claro (1876) e, mais tarde, os vales

do Pardo e do Mogi-Guaçu, de um lado, e São Carlos, Araraquara e Jaboticabal, do outro. A Ituana (1873), que inicialmente ligava Itu a Jundiá depois chegou até Piracicaba em 1879. A Sorocabana, que ligava São Paulo até Sorocaba e Ipanema, teve seus primeiros trechos assentados em 1875 (MATTOS, 1990).

O café permaneceu como base da economia paulista até por volta da década de 1930, período em que o segmento começou a sofrer sucessivas oscilações no mercado. A crise de 1929 abalou a importância da cafeicultura e promoveu uma aceleração no processo de diversificação não apenas no setor agrícola, mas na economia paulista como um todo. Aliás, é no próprio movimento de expansão e retração da cultura cafeeira em território paulista que se encontram as origens da concentração industrial em São Paulo (CANO, 1977).

Esses eventos foram os responsáveis pela origem dos municípios que serão estudados aqui. Muitos municípios, muitos deles trazem origens semelhantes. Os mais antigos, em geral, surgiram em torno de uma capela, cujo santo de invocação acabava sendo o padroeiro da localidade. Os núcleos pioneiros (surgidos no período colonial) surgiram a partir do processo de desbravamento e posse dos territórios. Outros, ainda, originaram-se a partir de núcleos urbanos formados em razão de alguma movimentação relacionada ao crescimento econômico e produtivo da região (ferrovias, fazendas de produção, indústrias, etc.).

6. CONTEXTO ETNOHISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO

A ocupação e a formação do Oeste Paulista

A ocupação intensiva do Oeste Paulista aconteceu na segunda metade do século XIX principalmente por mineiros, no entanto os índios foram os primeiros a queimarem a mata e aproveitaram o solo. Povoaram essa região, os índios Kaingang, os Cayuás (Guaranis) e os Xavantes (MONBEIG, 1984).

O grupo mais importante era o dos tupis-guaranis, designados com caingá ou cayúa, denominação posterior aos primórdios da evangelização. Estavam disseminados pela bacia do Paraná, ao sul do Tietê. Habitavam terras mais a leste os tupiniquins, que tinham adotado a língua tupi-guarani. Esses tupis tinham submergido, mas não destruído, populações preestabelecidas, que pertenciam às diversas ramificações da

nação jê. Por entre elas, os caiapós dominavam às diversas partes dos planaltos compreendidos entre o rio Grande e o Tietê. Mais dispersos formavam os xavantes, designados pelo nome de coroados, a partir do século XVIII, distribuíram-se tanto pelos planaltos paulistas, como pelas regiões do Paraná e do Brasil Meridional. No fim do século XIX, encontravam-se cinco pequenos grupos deles, entre o rio Peixe e o Aguapeí (MONBEIG, 1984, p. 130).

Na região, os kaingangs, que habitavam todo o vale do rio Peixe enfrentaram e resistiram à colonização. Já os Cayúas que habitavam o vale do rio Paranapanema, à sua direita, tinham terras de campos agricultáveis, foram os primeiros a desaparecer. Por último, os Xavantes, considerados sociáveis, ocupavam toda bacia inferior do Rio Pardo (Mato Grosso) atravessando o rio Paraná (São Paulo) indo se estabelecer nos campos de Jaquaretê e Laranja Doce (D'INCAO & NASCIMENTO, 2006). De modo geral, os índios ofereceram uma grande resistência. Quase sempre foram sangrentos os contatos entre índios e pioneiros. Os verdadeiros habitantes da terra lutaram muito, mas, foram dizimados pelos colonizadores.

A decadência da mineração foi a responsável pela migração dos mineiros para o sertão do Estado de São Paulo a partir de 1850. Eles penetraram o território paulista até chegar à bacia do Paranapanema, em especial o vale do rio do Peixe e tinham como principal atividade econômica a criação de gado e o comércio pecuário com o Mato Grosso. As estradas ruins, a população branca irrisória e dispersa e a presença do índio dificultava o início do avanço pioneiro, mas a partir da construção da estrada de ferro Bauru - Mato Grosso, o declínio dos indígenas e o domínio do colonizador se tornavam irreversíveis.

A frente de expansão pioneira, sem sombra de dúvidas, foi dinamizada pela linha férrea e pelos fazendeiros. Deste contexto, cidades como Campos Novos Paulistas Platina, Assis e São José do Rio Preto, que após o extermínio, expulsão ou domesticação dos indígenas tiveram como atividade econômica predominantemente a plantação de roças, a criação de gado e porcos (SALGADO, 1971; VIEIRA, 1973).

A primeira valorização da região - Oeste Paulista – feita através do pastoreio, por criadores mineiros, deixou, assim, de lado imensas áreas florestais. Na área entre o rio São José dos Dourados e Grande aproximadamente a partir de 1850, fundaram São José do Rio Preto e Viradouro; no espigão mestre entre o Paranapanema e o rio do Peixe, fundaram São Pedro do Turvo, São José dos Campos (hoje Campos Novos Paulista) e Nossa Senhora da Conceição do Monte Alegre. Com outro propósito e visando a outro tipo de terras, não teria, aparentemente, relação alguma com a colonização posterior realizada com o café. No entanto, é preciso lembrar que os criadores mineiros agiram como os primeiros pioneiros da região, facilitando o caminho dos agricultores que os seguiram; os núcleos por eles formados servirão de base para irradiação do povoamento; as picadas que finalmente seus descendentes iriam fornecer, à nova fase de colonização, os elementos de tradição local (MÜLHER 1960 apud SALGADO, 1971, p. 23-24).

Além disso, elas se tornaram especialistas na engorda de gado. Segundo Monbeig (1984, p. 305), *as pastagens de engorda de São Paulo estão menos expostas a rigorosas secas do que as do Brasil Central.* Na Alta Sorocabana foi construída a estrada boiadeira, pelo Capitão Francisco Whitaker, ligando o comércio de gado com o Mato Grosso. As estradas de carros de boi na frente de expansão paulista foram favoráveis para o desenvolvimento rodoviário dessa região. Posteriormente, em meados dos anos 1950, as grandes indústrias frigoríficas de capital externo se instalam no Oeste Paulista, estimuladas pela ocupação das atividades pecuárias.

Passado o momento de desbravamento do interior paulista pelos mineiros, a expansão da cafeicultura, motivada pelos estoques de terras (fazendas, sítios e florestas), pela introdução da mão-de-obra imigrante (italiana e japonesa), pela tecnologia da mecanização agrícola (máquina norte-americana Lidgerwood) e pela construção das estradas de ferro marca a outro fecundo momento de ocupação do oeste paulista.

Inicialmente, o Oeste Paulista foi formado pelos grandes latifúndios cafeeiros de terra roxa, nos fins do século XIX e início do século XX. Os municípios de Avanhandava, José Bonifácio, Jaci, Getulina, Pompéia, Marília Promissão, Icém, Mirassol e Nova Granada se originaram nesse período, sendo desmembrados de grandes latifúndios Para iniciar outras grandes plantações de café e o início do algodão ou por receber ferrovias.

Posteriormente, o Oeste Paulista foi marcado pela pequena propriedade e pela ausência de terras roxas, contudo, as terras areníticas virgens tinham uma boa fertilidade, despertaram interesses dos plantadores de café e algodão. A partir dos meados da década de 1920 e municípios como Echaporã, Guaiçara, Ubarana, Oriente, Oscar Bressane, Lutécia, Mirassolândia, Onda Verde, Orindiúva e Barbosa começa a surgir como pequenas propriedades de café e algodão ou expansão das ferrovias.

Mesmo com o aumento das pequenas propriedades os grandes latifundiários agrícolas ainda eram os que dominavam o mercado e incrementavam o capital industrial e bancário devido o seu poder e riqueza. Depois da crise de 1929, muitos fazendeiros passaram a investir principalmente na cultura do algodão e alguns retomaram a criação de gado.

Os plantadores de algodão, de certo modo, eram modestos sitiantes, mas os principais centros produtores da cotonicultura no período localizavam-se nas zonas pioneiras recentes. Em 1945, os grandes compradores de sementes foram os municípios de Presidente Prudente, Marília, Pompéia, Rancharia, Tupã, Guararapes e Valparaíso. A febre do ouro branco (1935-39) apresentava vantagens sobre o café, porque o algodão não immobilizava a produção, não exigia uma grande quantidade de capital e produzia em alguns meses. Isto foi interessante para os sitiantes (pequeno proprietário ou arrendatário).

É valido ressaltar a importância dos imigrantes japoneses no sucesso da produção do algodão, *foram eles os principais compradores de terrenos postos à venda pelos fazendeiros e, também, foram os que forneceram o grosso dos arrendatários e dos meeiros* (MONBEIG 1984, p. 289). Eles estavam fortemente organizados em associações culturais e cooperativas agrícolas, em determinados lugares, como Lins, Birigui, Marília, Pompéia, Bastos, Presidente Prudente, entre outras. No entanto, a principal contribuição para o desenvolvimento dos imigrantes nipônicos no Oeste Paulista (seja no assentamento populacional ou na compra de

sua produção) foi o capital japonês aqui investido pelo Governo do Japão.

A imigração japonesa realizou-se com o apoio do governo nipônico e a produção de algodão dos pequenos proprietários e arrendatários foi incrementada e financiada por empresas japonesas que adquiriu o produto beneficiando-o e encaminhando-o para o Japão (VIEIRA, 1973, p. 68).

O mercado de terras foi bem organizado pelos loteadores, as grandes fazendas eram fragmentadas e organizadas em glebas. As pequenas propriedades poderiam ser compradas já na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, com isso muitos nipônicos adquiriram os seus primeiros lotes rurais perto dos patrícios, devido à facilidade e agilidade dos diversos corretores de terras.

Dessas glebas surgiram pequenas colônias em meados das décadas de 1920-1940, formada por imigrantes europeus e japoneses. Dentre elas: a *Colônia Varpa* (1922), próxima de Tupã e formada por letos; o *Colônio Riograndense* (1922), na área de Marací com alemães e seus descendentes vindos do Rio Grande do Sul; a *Colônia Aimoré e Arpad* (1925), na área de Presidente Venceslau e formada por alemães e húngaros; a *Colônia Aurora e Labiano*, de russos atual município de Santo Anastácio; a *Colônia Veado* (1925), próximo ao município de Caiuá constituída por alemães; a Colônia Borboleta, formada por açorianos próximo do atual município de Bady Bassitt; e, a Colônia *Bunka*, no município de Paraguaçu Paulista e a Colônia *Sankiô*, em Presidente Prudente, foram formadas por imigrantes japoneses (SALGADO, 1971).

Foi nesse contexto, em três momentos diferentes de ocupação, que os municípios inseridos neste estudo se geraram, tendo em vários aspectos semelhanças no que concerne ao tipo de ocupação e origem. Dos 27 o mais recente é o município de Ipiqua que em 1993 se desmembrou de São José do Rio Preto o mais antigo dos municípios, fundado em 1852.

Assim, o período que decorreu a partir do final do século XIX foi muito significativo nas transformações no Estado de São Paulo, e marca a incorporação do Oeste Paulista ao desenvolvimento capitalista e como polo industrial da economia brasileira.

Atualmente as regiões administrativas que os municípios em estudo estão

inseridos são movidos por diferentes atividades:

A Região de Araçatuba, que engloba os municípios de Avanhandava e Barbosa é movida pela indústria da energia;

A Região Administrativa de Bauru, onde estão os municípios de Getulina, Guaíçara e Promissão, já apresenta uma economia bastante diversificada, sua base na variada atividade agropecuária e em um parque industrial bem estruturado, em que se destacam as agroindústrias alimentícia, sucroalcooleira e de óleos vegetais para diversas finalidades. Respondendo por 7,2% da produção agropecuária do Estado (dados de 2001), a RA de Bauru se destaca na produção de cana-de-açúcar, café e frutos cítricos, além da avicultura, pecuária de corte e criação de bicho-da-seda. Tudo isso é favorecido por ser Bauru o maior entroncamento rodo-hidro-ferroviário da América Latina, o que contribui, ainda, para um grande incremento do turismo local;

A Região Administrativa de Marília, com os municípios de Assis, Echaporã, Lutécia, Marília, Oriente, Oscar Bressane, Platina e Pompéia, tem sua economia baseada na agricultura e pecuária, é uma das maiores produtoras de café do estado e também cultiva cana de açúcar, amendoim, seringueiras, soja e frutas cítricas, além de ser a maior produtora de leite tipo B.

A Região Administrativa de São José do Rio Preto que engloba os municípios de Bálsamo, Icém, Ipiгуá, Jaci, José Bonifácio, Mirassol, Mirassolândia, Neves Paulista, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, São José do Rio Preto e Ubarana, apresenta uma industrializada diversificada no ramo de movelaria, têxtil, metalurgia, construção civil, eletroeletrônico, látex e alimentos. A agropecuária é a atividade de maior peso, os produtos mais significativos são a cana de açúcar, a laranja, a carne bovina e o leite. O café teve sua importância até meados da década de 1970 quando geadas e pragas causaram a queda dos preços e conseqüentemente a sua baixa de produção.

No que diz respeito ao município de Fronteira- MG, este foi criado como uma cidade planejada em 1943 pelo intelectual Mauricio Goulart que implantou nas margens do rio Grande uma usina de cana de açúcar. Atualmente a economia da cidade é baseada a energia e turismo (IBGE, 2011).

7. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O empreendimento da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Assis, trata-se de uma ação que será responsável pela geração de impactos ao meio físico de sua área de influência, através da supressão de vegetação, revolvimento de camadas de solo, instalação de estruturas operacionais e administrativas. Essas situações podem vir a afetar o patrimônio arqueológico da área de abrangência do empreendimento a curto e médio prazo.

Como demonstrado na contextualização das pesquisas arqueológicas da região onde está situada, a área de influência do empreendimento possui potencial arqueológico. Contribui para tal, o fato de apresentar características favoráveis ao assentamento de aldeias indígenas pretéritas, como por exemplo, estar posicionada às margens de um rio. Com o desenvolvimento dos estudos propostas por esse projeto de pesquisa, o diagnóstico do potencial arqueológico da área de influência do empreendimento poderá identificar sítios arqueológicos com risco de sofrerem impactados. Contribuirá para tal, a realização de investigações nos compartimentos ambientais do empreendimento, na AID por meio de prospecções arqueológicas intrusivas e na AI por meio de levantamentos oportuniíssimos em lugares onde existem sítios arqueológicos conhecidos por moradores da região.

A realização do diagnóstico do potencial arqueológico da área de abrangência do empreendimento segue as prerrogativas previstas pelo Artº 2 da Portaria nº 230 do IPHAN. A mesma Portaria recomenda ainda a realização de atividades de Educação Patrimonial atreladas à execução dos estudos arqueológicos. As atividades devem estar previstas nos contratos estabelecidos entre empreendedor e arqueólogos responsáveis pela pesquisa, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

Com o desenvolvimento dessas ações nas áreas de influência do empreendimento será possível à identificação de sítios e ocorrências arqueológicas que poderão receber estudos intensivos posteriores. Além disso, esse projeto de pesquisa ainda propõe a realização de atividades de Educação Patrimonial com comunidades, tendo como público alvo os habitantes do entorno da área de abrangência do empreendimento. O objetivo da ação é proporcionar o conhecimento, divulgação e preservação do patrimônio arqueológico identificado.

Assim, serão minimizados os riscos de impactos causados ao patrimônio arqueológico que possa estar presente no contexto das atividades de execução do empreendimento da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Assis. Essa situação justifica a execução de um programa de Arqueologia Preventiva que tenha por fim estudar esse patrimônio, objetivando minimizar e compensar a perda física de vestígios de culturais materiais de grupos humanos que, no passado, habitaram a região onde está situado o empreendimento.

Deste modo, solicitou-se ao empreendedor a continuidade no desenvolvimento de etapas iniciais de pesquisas arqueológicas nas áreas de influência do empreendimento, com vistas a atender aos requisitos legais, sobretudo, a Portaria 230/ 2002 do IPHAN. É importante frisar o comprometimento do empreendedor no tocante ao apoio ao desenvolvimento dos estudos arqueológicos em questão, bem como o atendimento das recomendações feitas com relação à necessidade de execução de pesquisas, realizadas com vistas à preservação do patrimônio arqueológico da área de abrangência de suas atividades.

8. OBJETIVOS DA PESQUISA

8.1. Objetivo Geral

Executar um programa de estudos arqueológicos nas áreas de influência da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Assis, contemplando a realização de Prospecção Intrusiva na AID, levantamentos oportunistas na All do empreendimento e atividades de Educação Patrimonial nas comunidades de seu entorno.

8.2. Objetivos Específicos

- Realizar Prospecções Intrusivas nas AID do empreendimento, objetivando identificar áreas de ocorrências de sítios e materiais arqueológicos;

- Realizar levantamentos oportunistas na All do empreendimento, tendo como base informações cedidas por habitantes locais referentes à localização de sítios arqueológicos;

- Realizar atividades de Arqueologia Pública (Educação Patrimonial) em comunidades situadas nas áreas de influência do empreendimento;
- Registrar as características paisagísticas da área de estudo para estabelecer correlações entre a presença de sítios arqueológicos e os locais elegidos para moradia e uso da paisagem;
- Aprofundar os conhecimentos a respeito do registro arqueológico contido na área de estudo, cujo alto potencial científico foi indicado por pesquisas anteriores;
- Analisar em laboratório as amostras de cultura material resgatadas pelas pesquisas, caracterizando seus atributos tecnológicos, funcionais e estilísticos;
- Promover ações que permitam a percepção da necessidade de salvaguarda do patrimônio arqueológico identificado nas pesquisas, buscando incentivar atitudes positivas de preservação por parte das comunidades locais;
- Incorporar à memória nacional o conhecimento arqueológico sobre o processo de ocupação humana da região de estudo;
- Divulgar os conhecimentos obtidos a partir da realização de pesquisas arqueológicas na área de abrangência do empreendimento;

9. METODOLOGIA DE PESQUISA

9.1. Atividades de Campo

Prospecção Arqueológica

A metodologia a ser utilizada na etapa de pesquisa proposta por esse projeto consistirá na realização de prospecção de dois tipos. O primeiro se constitui em prospecções visuais de superfície realizadas por meio de caminhamentos

sistemáticos. O segundo se refere a prospecções intrusivas realizadas por meio de sondagens, procedimento que consiste em intervenções no subsolo.

Para o segundo caso, será utilizada uma cavadeira articulada para abrir sondagens em intervalos de 20 m, orientadas por linhas norte/sul e leste/oeste. A retirada do solo será controlada por níveis naturais e por níveis artificiais de até 10 cm. Quando não for identificado vestígio arqueológico, as sondagens alcançarão a profundidade máxima de 50 cm.

Esses procedimentos serão feitos apenas em terrenos com características favoráveis ao assentamento humano, sendo evitados pântanos, áreas alagáveis, pedreiras e declives com inclinação superior a 60°. O objetivo das sondagens é a verificação de vestígios arqueológicos em subsuperfície, uma vez que fatores como vegetação densa, por exemplo, dificultam a identificação de vestígios em superfície.

Os dados obtidos nas sondagens serão registrados em fichas elaboradas para este fim, sendo realizada a descrição do solo (textura, coloração, granulometria e espessura das camadas estratigráficas), contexto arqueológico, relevo, vegetação, características de localização e implantação dos sítios na paisagem, variáveis ambientais, acesso e tipo de material arqueológico coletado. Esses vestígios culturais serão acondicionados em sacos plásticos, devidamente etiquetados com informações relacionadas à sua procedência, e encaminhados para laboratório.

Todo o processo de levantamento em campo será devidamente registrado por meio de fotografias e anotações em cadernetas de campo, bem como tomadas as coordenadas geográficas (uso de GPS) de locais de interesse arqueológico. Esses dados serão utilizados para o registro dos sítios arqueológicos no CNSA do IPHAN.

Levantamento Oportunístico

Serão realizados levantamentos oportunistas na AII do empreendimento, especificamente em lugares onde moradores locais tenham conhecimento da existência de ocorrências arqueológicas.

9.2. Atividades de Laboratório

Curadoria e Análise de material arqueológico

A curadoria do material arqueológico compreende a higienização, organização, catalogação e acondicionamento adequado em laboratório, tendo como objetivo facilitar o manuseio do mesmo durante a análise, bem como sua preservação. A higienização de materiais friáveis e com decoração pintada de fácil remoção deve ser evitada. O material ósseo, amostras de solo e carvão serão organizados e acondicionados, sendo posteriormente remetidos para análise especializada.

A análise será orientada de modo a permitir que a ênfase recaia na apreciação dos atributos que forneçam o maior número de informações sobre aspectos morfológicos/ funcionais, tecnológicos/ estilísticos do material cerâmico. Para tal, se buscará o tratamento estatístico dos dados e a obtenção de informações sobre atributos como tamanho das vasilhas, forma, frequência, capacidade de armazenamento e marcas de uso para inferir a funcionalidade dos recipientes cerâmicos; assim como, forma, manufatura e elementos decorativos como atributos para inferir indicadores estilísticos.

Para a análise, serão selecionados fragmentos que permitam o desenvolvimento de estudos pautados na forma dos recipientes cerâmicos (bordas, bases, apêndices e inflexões). Durante a análise, as informações observadas em cada unidade de análise serão dispostas em fichas de armazenamento de dados, nas quais serão registradas as variáveis observadas em cada atributo sobre análise. Assim, será possível organizar as informações de maneira que permita a elaboração de um banco de dados com elementos que contribuam no entendimento das opções culturais dos grupos humanos produtores da cultura material do sítio.

A indústria cerâmica será comparada com outras da mesma área de forma a identificar possíveis correlações e entender a ocupação do sítio dentro de um contexto regional, o que poderia indicar relações de troca ou pertencimento a uma unidade cultural. Já o material lítico será analisado por arqueólogo especializado, que identificará a matéria prima utilizada, a função do artefato e caracterizará o conjunto de artefatos em termos de sua importância local e regional.

A análise do material cerâmico será baseada na metodologia desenvolvida pelos estudos de Meggers & Evans (1970) para a análise quantitativa, que serão complementadas pelas orientações e nomenclaturas contidas em Rye (1981), Alves

(1991). Quanto ao material lítico, a análise será realizada de acordo com os estudos de Laming-Emperaire (1967).

9.3. ARQUEOLOGIA PÚBLICA: Educação Patrimonial

O Programa de Educação Patrimonial terá por objetivo entender e contribuir com a percepção e relação que as comunidades têm com o patrimônio arqueológico da região. Para tal, a equipe de Arqueologia responsável pelo programa estabelecerá diálogos, trocas culturais e se empenhará em entender como as comunidades locais entendem o patrimônio arqueológico (BEZERRA & SILVEIRA, 2007).

Essas ações serão orientadas pela articulação entre Arqueologia Pública e Etnografia. Nessa abordagem, métodos etnográficos são incorporados às práticas da Arqueologia, objetivando tanto o estabelecimento de diálogo junto a comunidades quanto à compreensão de suas práticas sociais, relações e representações sobre resquícios de materiais arqueológicos (BEZERRA, 2011).

Nesse processo, o diálogo deve ser estabelecido visando trocas culturais entre pesquisador e comunidade. Contexto no qual a participação crítica e ativa por parte do pesquisador a cerca dos valores culturais da memória social da comunidade, deve considerar a participação direta e os pontos de vista de seus moradores, sem imposições, visando reflexões e estratégias de gestão cultural de patrimônios arqueológicos (BEZERRA & SILVEIRA, 2007; BEZERRA, 2011).

Essa postura leva em consideração temas como percepções de memória, materialidade e simbolismo que atualmente influenciam discussões referentes à Patrimônio Cultural. Os desdobramentos dessas perspectivas revelam contextos em que o apego à materialidade exacerba a importância dada aos objetos frente às informações que podem adquirir análises atentas a constituições culturais estabelecidas a partir da associação de artefatos, sociedades e espaços de práticas simbólicas (ANICO, 2005; SANTOS, 2003; SILVEIRA & LIMA FILHO, 2005).

Esses princípios serão utilizados nos contatos com as comunidades locais. Nesse processo, considera-se que cultura e patrimônio estão intimamente relacionados; a primeira como condição de produção e reprodução de aspectos materiais e imateriais de práticas coletivas e simbólicas de uma sociedade (MENESES, 1999); enquanto patrimônio como a noção de hierarquia de sentidos e

valores que os indivíduos adquirem com relação ao significado cultural dado a bens no contexto das relações sociais que estabelecem, significados que podendo ser herdados ou adquiridos (GONÇALVES, 2005; JEUDY, 1990).

Portanto, na execução do Programa de Educação Patrimonial, a relação entre cultura e patrimônio será considerada no universo do sentido, significações e valores, enfatizando quatro pontos importantes. Primeiro: a cultura como universo da escolha, da seleção e da opção. Segundo: a cultura como um universo historicamente criado, onde os sentidos e valores que o estruturam precisam ser propostos, percebidos e praticados. Terceiro: o valor cultural não está nos objetos e sim nos simbolismos que as relações sociais lhes impõem. E, finalmente, quarto: as ações de valorização do patrimônio arqueológico devem ser estruturadas considerando a pluralidade da experiência social, sem privilegiar seguimentos (MENESES, 1999; JEUDY, 1990).

A limitação da política de valorização de patrimônio empregada no país nas últimas décadas teve como consequência uma compreensão restrita do que se entende como “preservação cultural”. O termo é tradicionalmente compreendido como conservação de objetos, ignorando os sentidos, valores e significados que lhes são atribuídos ao longo do tempo (FONSECA, 2003), ou seja, a percepção de seus conteúdos simbólicos estabelecidos pelas relações sociais, conteúdos característicos de seus produtores ou de comunidades do período em que são estudados (SILVEIRA & LIMA FILHO, 2005).

Contudo, não há como negar a importância da materialidade dos objetos em sua função de intermediar a relação de pessoas em interações sociais e delas com os simbolismos de sua identidade coletiva. Dessa maneira, o objeto se torna um ícone com aspectos singulares, capazes de mediar a memória dos indivíduos, povoando suas lembranças a partir de seu contato com a materialidade, os sentidos, funções sociais e simbólicas que o mesma possui. (ANICO, 2005; GONÇALVES, 2005; JEUDY, 1990; SILVEIRA & LIMA FILHO, 2005).

Dessa forma, o patrimônio arqueológico possui três características para ser aceito como parte do patrimônio cultural de uma coletividade. A primeira é seu poder de ressonância, ou seja, ser reconhecido como extensão social e simbólica na memória dos indivíduos. A segunda, diz respeito a sua propriedade material, já que,

para se constituir como patrimônio, o objeto necessita de sua essência material, de onde fluem simbolismos por meio de indivíduos que o consideram como parte de sua cultura, ou seja, os valores imateriais do objeto. Finalmente, não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito da vontade e autoconsciência dos indivíduos em sociedade (GONÇALVES, 2005; JEUDY, 1990).

Essas percepções evidenciam que a concepção de patrimônio cultural é uma prática social, na qual a cultura é considerada como produção material e simbólica de identidade e ação coletiva (FONSECA, 2003). Da mesma forma, a transmissão dos mesmos ao longo do tempo e espaço social também é um fator importante, nesse caso tem papel de destaque a Memória Social (JEUDY, 1990). A memória se constitui como parte de um processo social no qual os indivíduos são considerados a partir das relações que estabelecem entre si e com lugares em seu cotidiano. Comportamento, estabelecido segundo estruturas sociais determinadas, onde os indivíduos pensam, agem, recordam e significam de acordo com seus quadros sociais particulares. Assim, essas particularidades são responsáveis por ações sociais e estruturas de uma sociedade (HALBWACHS, 2006; SANTOS, 2003).

Da mesma forma, o que os indivíduos recordam do passado faz parte de construções sociais oriundas do presente, portanto, a memória é um processo ativo e contínuo do passado, um passado que é continuamente reconstruído pela ação social do presente. As memórias coletivas adaptam-se conscientemente a novas condições à medida que ocorrem modificações sociais. Nesse contexto, os grupos sociais tendem a buscar novos valores dentro de um quadro disponibilizado as suas necessidades. Os novos valores adquiridos vão sendo incorporados aos tradicionais das práticas sociais. Portanto, a totalidade das experiências culturais não é armazenada fisicamente nos indivíduos, mas na memória social (HALBWACHS, 2006; JEUDY, 1990; SANTOS, 2003). Assim, o patrimônio desempenha uma mediação entre valores herdados e adquiridos em uma cultura (GONÇALVES, 2005).

Logo, a percepção da constituição de memória social deve confrontar diversas esferas de interação, uma visão interdisciplinar em que conste o campo estrutural e de ação coletiva, relativos à existência de indivíduos em sociedade (SANTOS, 2003). Deste modo, adquire duas características importantes. A primeira é sua parte objetiva, na qual, sobre vestígios materiais, acumula informações de fatos

vivenciados anteriormente. A segunda é sua parte subjetiva, que envolve aspectos associados às práticas reiterativas de recordação e interpretação do passado a partir da construção ou reconstrução de experiências anteriormente vivenciadas e compartilhadas por meio da relação entre os indivíduos (SANTOS, 2003). Em ambas, fica nítida a capacidade do objeto em gerar um processo de comunicação intercultural (SILVEIRA & LIMA FILHO, 2005).

Nesse sentido, processos de interação, diálogo e trocas culturais, estabelecidos por ações ligadas à Educação Patrimonial contribuem para que concepções de patrimônios arqueológicos sejam inseridas em memórias coletivas contemporâneas. Assim, garantindo uma lógica de conservação plural, material e simbólica (BEZERRA & SILVEIRA, 2007; JEUDY, 1990). Nesse processo, o sentido dos estudos arqueológicos não estará centrado somente no apego a materialidade do registro arqueológico, mas em utilizá-los como instrumentos de interação e ação coletiva na apropriação de culturas materiais do passado por memórias coletivas do presente, usando o material arqueológico como ponto de emergência do simbólico (HALBWACHS, 2006; SANTOS, 2003; SILVEIRA & LIMA FILHO, 2005).

Dessa maneira, ao invés de aquisição, o patrimônio apresenta-se como um desafio de reconhecimento, conquista e apropriação social frente às políticas patrimoniais de valorização excessiva da monumentalidade e uniformização cultural (JEUDY, 1990). Relacionado assim, sociedade e cultura (SILVEIRA & LIMA FILHO, 2005), todos os aspectos da vida social passada e presente tornam-se suscetíveis de investigação na constituição de patrimônios culturais, o social torna-se objeto de gestão cultural. Uma vez constituído, torna-se um “museu do social”, no qual deve existir uma encenação permanente que só o apego a materialidade não consegue realizar, já que é necessária a descoberta de elementos que constituem um patrimônio a partir de um retorno as cenas sociais que constituíram esses elementos (JEUDY, 1990).

Partindo dessas perspectivas, a equipe de arqueologia responsável pela execução desse programa de Educação Patrimonial irá interagir e dialogar com moradores das comunidades do entorno do empreendimento, buscando estabelecer trocas culturais. Primeiramente, verificando a percepção que os indivíduos possuem sobre o patrimônio arqueológico a sua volta e, a partir da realização de estudos

arqueológicos na região, socializar com esses indivíduos os conhecimentos produzidos por essas pesquisas.

Assim, mais que uma “Educação Patrimonial”, a execução desse programa pretende sensibilizar os moradores para a possibilidade do patrimônio arqueológico a sua volta ser percebido, compreendido e apropriado como “Cultura Autêntica” de seu patrimônio cultural; ou seja, que, de sua maneira, os indivíduos identifiquem-se e não se sintam estranhos a ele (GONÇALVES, 2005). Procedendo dessa maneira, as ações do programa se inserem nas perspectivas de ampliação tanto da percepção de patrimônio cultural (FONSECA, 2003), quanto de socialização do conhecimento arqueológico produzido a nível nacional (BEZERRA et. AL., 2009).

Contexto no qual se sugere observar os sentidos que culturas arqueológicas podem possuir para sociedades atuais (BEZERRA, 2011), além de contribuições no enriquecimento da relação entre estas e seus bens culturais (FONSECA, 2003). Ao agir assim, esse Programa de Educação Patrimonial objetiva colaborar para que a gestão do patrimônio cultural e escolhas de sua representatividade não continuem escapando ao domínio das coletividades. Além disso, objetiva-se que, na execução dos estudos arqueológicos no contexto do empreendimento da Linha de Transmissão 500 kV Marimondo II – Assis, seja praticada uma Arqueologia do social (JEUDY, 1990).

Primeira Etapa

A primeira etapa de desenvolvimento do programa de Educação Patrimonial terá como público-alvo o quadro de funcionários do empreendimento Linha de Transmissão 500 kV Marimondo II – Assis. Esses indivíduos são os que têm as maiores possibilidades de encontrar material arqueológico por participarem das obras de infra-estrutura do empreendimento, como abertura de estradas, alojamentos, prédios administrativos, rede elétrica, supressão vegetal, empréstimo de material, deslocamento de equipamentos, entre outras ações que envolverão intervenções na superfície e subsolo.

Segunda Etapa

A segunda etapa terá como público-alvo as comunidades locais. Nessa, terão papel de destaque as instituições de ensino da região, bem como, seus

educadores, estudantes; além de lideranças comunitárias locais, técnicos ligados às ações de educação ambiental, comunicação e responsabilidade social, vinculados ao quadro de funcionários do empreendimento.

Os habitantes das comunidades têm papel de destaque no reconhecimento e preservação contínua do patrimônio arqueológico da região. Tais indivíduos já estão ou serão expostos a um contexto em que terão conhecimento da existência de sítios arqueológicos próximos ou mesmo nos espaços onde habitam. Assim, o ideal é integrar essas comunidades no processo de estudo e preservação desse patrimônio arqueológico.

Objetivos

A principal intenção da equipe de arqueologia será informar os motivos e intenções que levaram a execução dos estudos arqueológicos realizados na área de abrangência do empreendimento. Além disso, os arqueólogos explicarão os procedimentos e cronograma de execução da pesquisa que será realizada.

Nas ocasiões, também serão fornecidas informações referentes às implicações jurídico-legais do descumprimento das recomendações quanto às ações danosas ao patrimônio arqueológico local. Os indivíduos também serão orientados quanto aos procedimentos que devem ser adotados caso encontrem vestígios arqueológicos.

Nas etapas do programa de Educação Patrimonial, serão utilizadas como instrumentos de ação oficinas temáticas, onde serão abordados os objetivos da Arqueologia enquanto ciência social atuante sobre a produção do conhecimento humano. Além disso, será realizada uma abordagem panorâmica de estudos arqueológicos no contexto regional em que o programa está inserido, da mesma forma, a legislação que rege o desenvolvimento de estudos arqueológicos no contexto de empreendimentos como a Linha de Transmissão 500 kV Marimondo II – Assis. E finalmente, os resultados almejados pelos estudos arqueológicos da região.

Metas

- Identificar as percepções de patrimônio cultural e arqueológico das diferentes categorias identificadas e utilizá-las para fundamentar as estratégias de execução do programa;

- Contatar as lideranças locais e os formadores de opinião pública com vistas a sua contribuição para a execução das ações do programa;
- Identificar os locais e espaços físicos com condições de desenvolver as atividades de Educação Patrimonial;
- Utilizar instrumentos de informação com ampla circulação como, por exemplo, meios de comunicação, folders, entre outros, a fim de alcançar os públicos alvos das ações do programa;
- Desenvolver oficinas de Educação Patrimonial com educadores do sistema de ensino local, com vistas a se tornarem multiplicadores das ações do programa;
- Em parcerias com educadores e instituições de ensino locais, elaborar cartilhas que abordem e possam ser utilizadas como instrumento de informação sobre a Arqueologia e a preservação do patrimônio arqueológico local;
- Estabelecer parcerias para execução de ações de Educação Patrimonial, em conjunto com as equipes técnicas de educação ambiental, comunicação e responsabilidade social, vinculadas ao quadro de funcionários do empreendimento;
- Estruturar material científico analisando as percepções relativas ao patrimônio arqueológico local anteriores e posteriores à execução do programa de Educação Patrimonial nas áreas de influência do empreendimento;
- Desenvolver ações com vistas à divulgação dos resultados alcançados em eventos e trabalhos científicos relacionados a práticas arqueológicas e culturais;
- Preservação do patrimônio arqueológico da área de abrangência do empreendimento.

Conteúdo proposto

1. Noções de Arqueologia enquanto ciência, sua atuação sócio-política e cultural;

2. Conceitos e noções de patrimônio cultural e arqueológico;
3. O registro arqueológico no contexto do patrimônio cultural brasileiro;
4. As especificidades do patrimônio arqueológico regional;
5. Legislação que regulamenta a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro;
6. A importância da participação coletiva na preservação do patrimônio arqueológico na área de abrangência do empreendimento.

Estratégias

O público-alvo do programa de Educação Patrimonial será dividido por categorias, estabelecidas a partir dos diferentes perfis profissionais que formam o quadro de funcionários do empreendimento; as comunidades situadas no entorno do empreendimento, bem como, níveis de escolaridade e atores do sistema de ensino local.

Considerando as categorias estabelecidas, a equipe de Arqueologia abordará os conteúdos planejados, de maneira a atingir os indivíduos tanto em termos de informação quanto sensibilização para a necessidade de sua participação no desenvolvimento de estudos arqueológicos.

Material de apoio

- Apresentações em PowerPoint e Data-show;
- Folders;
- Mapas;
- Mini-exposições do material arqueológico coletado nas áreas de influência do empreendimento.

Inter-relação com outros planos e programas

A equipe de Arqueologia desenvolverá o programa de Educação Patrimonial em parceria com o programa de prospecções arqueológicas realizado nas áreas de influência do empreendimento. Também serão consideradas e estabelecidas parcerias junto aos programas de educação ambiental, de comunicação e

responsabilidade social, desenvolvidos pelo empreendedor no contexto de execução do empreendimento da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Assis.

Para tal, no desenvolvimento de suas ações, a equipe de Arqueologia ficará atenta aos objetivos, metas, público-alvo e execução das ações desses programas; tendo consciência da possibilidade e resultados que as interconexões no desenvolvimento dos mesmos podem trazer aos resultados da realização do programa de educação patrimonial.

Responsabilidades da execução

O desenvolvimento do programa de Educação Patrimonial, no contexto de execução do empreendimento, dar-se-á por meio da contratação de equipe técnica competente. A contratação será realizada pelo empreendedor, dentro do contexto de implementação dos estudos arqueológicos necessários a continuidade da execução do empreendimento.

Recursos humanos

A execução das atividades planejadas para o desenvolvimento do programa de Educação Patrimonial terá coordenação técnica de um arqueólogo com experiência nessa etapa de estudos arqueológicos. Esse profissional será tecnicamente responsável pelo alcance e os resultados esperados com a execução do programa.

Ficará a cargo desse responsável técnico coordenar a equipe de técnicos necessária a sua execução. Esses profissionais devem ter qualificação e experiência necessárias para atuar com comunidades no contexto de discussão e sensibilização sobre a percepção e valorização de patrimônios culturais arqueológicos. A equipe também deve contar com técnicos com qualificações técnicas interdisciplinares necessárias a execução das ações.

Acompanhamento e avaliação técnica

O programa de Educação Patrimonial terá acompanhamento e avaliação realizados por meio de relatórios técnicos adequados a uma ação dessa natureza.

Esses produtos devem ser elaborados pela equipe responsável, sendo entregues e protocolados junto ao IPHAN. A instituição será responsável pela emissão de parecer técnico referente aos relatórios.

9.4. Programa de Levantamento do Patrimônio Cultural Imaterial

A UNESCO (2003) define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

O tratamento constitucional do bem cultural está previsto nos art. 215 e 216 da Carta Federal de 1988. O artigo 215 trata a proteção ao patrimônio cultural de modo amplo, mencionando o direito de todos ao exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, cabendo ao Estado garantir o exercício desses direitos assim como a valorização e difusão das manifestações culturais. O art. 216 traz o conceito de patrimônio cultural e os meios utilizados para sua proteção.

O artigo 216 apresenta o seguinte enunciado:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações, e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§1º O Poder Público, com colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos [...].”

A análise do caput do artigo 216 denota o grande avanço que houve no tratamento do bem cultural, uma vez que inclui no seu conceito o aspecto imaterial, absorvendo as concepções mais modernas referentes à matéria. Assim, o conceito de patrimônio cultural possibilita a proteção dos mais variados bens, vislumbrando um universo que transpõe as manifestações materiais, tangíveis, para abarcar outras dimensões de cunho imaterial, fluídas, tão importantes quanto as outras, e que são expressões da história e da vida de um povo, do seu modo ver e pensar o mundo, ou seja, de sua própria identidade.

Assim exposto, a Constituição de 1988 formaliza a dimensão “imaterial” dos bens culturais. Nos artigos 215 e 216, o conceito de patrimônio cultural abarca tanto obras arquitetônicas, urbanísticas e artística de grande valor (patrimônio material) quanto às manifestações de natureza “imaterial”, relacionadas à cultura no sentido antropológico: visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas; experiências diferenciadas nos grupos humanos – fundamentos das identidades sociais. A partir e para além da cultura material, dos monumentos e obras de arte, patrimônio compreende os processos e os significados das criações humanas.

Para assegurar este processo de preservação, pode-se afirmar que as técnicas de inventário e registro (CF, art. 216, §1º) constituem os principais instrumentos disponíveis que permitem o conhecimento das manifestações culturais pelos órgãos Públicos competentes, de forma a subsidiar sua proteção e reprodução. O inventário constitui fundamental instrumento de catalogação de bens com objetivo da sua posterior tutela. O passo seguinte ao inventário é o registro do bem cultural intangível no livro próprio a esse fim, feito junto ao Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia ligada ao Ministério da Cultura.

Conforme a característica do bem a ser protegido ele poderá ser inscrito *no Livro de Registro de Saberes, Livro de Registro de celebrações Religiosas, Livro de Registro de Formas de Expressão e Livro de Registro de Lugares*, podendo ser criados outros livros para inscrição de bens culturais de natureza imaterial que não se enquadrem nos livros já existentes (art. 1º §3º do Dec. 3551/00).

Objetivos

Geral

Caracterizar o patrimônio histórico e paisagístico de interesse nacional, regional ou local, protegidos ou não, nas áreas de influência do empreendimento.

Específicos

- Realizar o levantamento de dados pretéritos (dados bibliográficos, fotográficos e/ou cartográficos, relatos orais, entre outros) que legitimem manifestações culturais, sejam materiais ou imateriais, no que tange as dimensões: saberes, ofícios, manifestações populares, linguagens e edificações vernáculas, dentre outros;

- Localizar e descrever ocorrências, recorrências e transformações de bens culturais, sistematizando documentos, referências e seus contextos particulares, por meio de pesquisas etnográficas e documentos analíticos produzidos por técnicos especialistas;

- Cartografar a dinâmica espacial de produção, uso e circulação dos bens culturais produzidos; bem como realizar a identificação cartográfica de edificações vernáculas para a produção de estratégias mitigadoras;

- Atuar localmente no sentido de mobilizar, orientar e articular instituições públicas e diferentes instâncias das comunidades para os processos de reconhecimento, registro, fomento e preservação de bens culturais;

1 ° Etapa – Levantamento Preliminar

Nesta etapa serão realizados os levantamentos bibliográficos, historiográficos e sobre demais fontes de informações pretéritas para que viabilizem caracterizar e identificar os bens culturais materiais e imateriais da região em estudo.

2 ° Etapa - Levantamento em Campo

Esta etapa refere-se às atividades de campo nas quais serão realizados os processos de identificação, registro e documentação das manifestações culturais materiais e imateriais das áreas de influência do empreendimento. Para tal, utilizar-se-á dos seguintes métodos:

- Entrevistas: registro oral e/ou escrito (através da aplicação de formulários) de relatos de moradores, associações locais e demais indivíduos envolvidos direta ou indiretamente com nas manifestações culturais vigentes;

- Documentação fotográfica e escrita: documentação de bens culturais e imateriais bem como paisagísticas locais.

- Documentação cartográfica: plotagem de locais e/ou edificações de significativa influência no circuito cultural da região.

- Reunião com entidades culturais locais: Produção de debates e discussões acerca das dificuldades enfrentadas pelos atores diretamente relacionados a tais manifestações culturais;

3 ° Etapa – Análise dos dados inventariados (síntese documental)

Os dados serão avaliados com objetivo de caracterizar os atores sociais envolvidos, a rede espacial sobre a qual se realizam tais relações culturais e a identificações das vulnerabilidades destes bens culturais.

9.5. Cronograma de Execução

ATIVIDADES	PERÍODO				
	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS
Elaboração do Projeto de Pesquisa e encaminhamento ao IPHAN	X				
Prospecção Arqueológica		X	X		
Educação Patrimonial			X	X	
Levantamento do Patrimônio Cultural Imaterial			X	X	
Atividades de laboratório			X	X	
Elaboração e entrega de Relatório Final				X	X

10. EQUIPE TÉCNICA

Ma. Cristiane Maria Pires Martins

André dos Santos – Sócio-Diretor da INSIDE

Andreia Loreiro Cardoso – Técnica em Arqueologia

Lela Caroline Arantes Mesquita – Técnica em Arqueologia

Luiz Alexandre da Silva Barbosa – Historiador (INSIDE)

Renata Maria Valente Moraes – Mestre em Antropologia (INSIDE)

Tayane Gama de Souza – Cientista Social

Wagner Fernando da Veiga e Silva – Arqueólogo e Geógrafo. Sócio-Diretor da INSIDE

Vera Lucia Mendes Portal – Arqueóloga e Educadora Patrimonial

11. ASPECTOS LEGAIS

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos proposto por esse projeto de pesquisa busca obedecer à legislação brasileira no que diz respeito aos bens culturais e sítios arqueológicos, que devem ser identificados, protegidos e monitorados conforme determinado nas leis, resoluções e normas a seguir:

- Lei nº 3.924 (26/07/1961): considera criminosa a depredação dos bens arqueológicos, colocando-os sob a tutela da União;

- Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV): considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o estabelecido no artigo 216;

- Resolução CONAMA 001/86, na qual os sítios e monumentos arqueológicos são destacados como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação de empreendimento de alto impacto ambiental (LP, LI, LO);

- Resolução CONAMA 07/97: detalha as atividades e produtos esperados para cada uma das fases acima citadas.

- Portaria SPHAN 07/1988: regulamenta a realização de intervenções (registro, pesquisa e escavação) em sítios arqueológicos, estabelecendo os procedimentos necessários às permissões e autorizações, em consonância com a Lei nº. 3.924 de 26/07/1961;

- Portaria IPHAN 230/2002: detalha os procedimentos necessários e etapas da pesquisa a serem seguidas para a obtenção das licenças ambientais, no que tange à salvaguarda e ao estudo do patrimônio arqueológico no país.

12. FINANCIAMENTO

A pesquisa realizada por meio do Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Assis, será financiada SPE Triângulo Mineiro Transmissora S.A., conforme declaração em anexo (Anexo A).

13. GUARDA DO MATERIAL

O material arqueológico coletado no âmbito do Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Assis, deverá ficar sob a guarda do Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas Gerais, conforme consta em declaração em anexo (Anexo B).

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. USP/Itália, 1998.
- AFONSO, M. C. & MORAES, C. A. O Sítio Água Branca: Interações culturais dos grupos ceramistas no norte do Estado de São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, nº15/16, 2005-2006.
- ANICO, M. A Pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005.
- ARAÚJO. 2001. ARAÚJO, A. G. M. Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. **Tese de Doutorado**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, São Paulo, 2001.
- BEZERRA, M. & SILVEIRA, F. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: BELTRÃO, J. et al. (Org.) **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- BEZERRA, M. et al. Arqueologia Pública: definições e ações plurais. In: FUNARI, P. et al. (Org.). **Desafios da Arqueologia: depoimentos**. Erechim: Habilis, 2009.
- BEZERRA, M. "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan/abr, 2011.
- BROCHADO, J. P. An ecological model of spread of pottery and agriculture into eastern South América. **Tese de Doutorado**, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984.
- _____. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. **Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro**, Universidade Federal do Pernambuco, Clio, Recife, n. 4, p. 85-88, 1990.
- CALDARELLI, S. B. Lições da pedra. Aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do rio Tietê. **Tese de Doutorado**, FFLCH/ USP, 1983.
- CALDARELLI, S. B. & NEVES, W. A. Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do Rio Pardo. **Revista de Pré-História**, IPH-USP, São Paulo, n. 3, p. 13-49, 1981.
- CALDERÓN, V. A fase Aratu no recôncavo e litoral norte do Estado da Bahia. **PRONAPA n.3**, Publicações Avulsas n.13, Museu Emílio Goeldi, Belém, 1967/68.

- _____. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. **PRONAPA n. 4**, Publicações Avulsas n.15, Museu Emílio Goeldi, Belém, 1968/69.
- _____. Contribuição para o conhecimento da arqueologia do recôncavo e do sul do Estado da Bahia. **PRONAPA n. 5**, Publicações Avulsas n.26, Museu Emílio Goeldi, Belém, 1969/70.
- _____. A Pesquisa arqueológica nos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte. **Dédalo n.15**, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1972.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977.
- CHMYZ, I. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do Rio Paranapanema. Separata do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, 6, **PRONAPA**, 1965-1966 (1º ano), p. 59-73, 1967.
- _____. Pesquisas paleoetnográficas efetuadas no vale do Rio Paranapanema, Paraná-São Paulo, **Tese de Doutorado**, Boletim de Psicologia e Antropologia, Nº 5, 248 p, UFPR, Curitiba, 1977.
- DE BLASIS, P. de, & GONZÁLEZ, E. M. R. UHE Água Vermelha, SP: Programa de Monitoramento Arqueológico na Faixa de Depleção, Fase de Diagnóstico. **Relatório Final**. São Paulo, MAE-USP, 2003.
- Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). **Plano estadual de recursos hídricos: Primeiro plano do Estado**. Síntese. São Paulo, 1990.
- D' INCAO, M. A. & NASCIMENTO, L. E. P. **Presidente Venceslau: uma região, a cidade e sua gente**. Presidente Venceslau: Ed. LetrasAmargem, 2006.
- DIAS, A. S. Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso. **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 1994.
- _____. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico para a implantação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 19, n. 22, p. 25-39, 1995.
- _____. Estudo da representatividade de pontas de projétil líticas enquanto marcadores temporais para a Tradição Umbu. In: KERN, A. A. (Org.) **Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Porto Alegre, Edipucrs, p. 309-332, 1996.

_____. Discutindo a variabilidade de indústrias líticas a partir da análise comparativa de coleções da Tradição Umbu. **Comunicação apresentada no X Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Recife, 1999.

_____. Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

DIAS, A.S. & SILVA, F.A. Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta inter-relação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n.11. p. 95-108, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 9º ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, S. C. G. Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do vale do Rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucaí. São Paulo, FFLCH-USP, **Dissertação de Mestrado**, 2001.

FONSECA, M. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GONÇALVES, J. R. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HILBERT, K. C. Caçadores-coletores pré-históricos do Sul do Brasil: um projeto para uma redefinição das tradições Umbu e Humaitá. In: FLORES, M (Org.). **Negros e índios: literatura e história**. Porto alegre: Edipurs, p.9-24, 1994.

HOELTZ, S. As Tradições Umbu e Humaitá: releitura das indústrias líticas das fases Rio Pardinho através de uma proposta alternativa de investigação. Porto Alegre: PUCRS. **Dissertação de mestrado**, 1995.

_____. **Artesãos e artefatos pré-históricos do vale do rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: Edunisc., 1997a.

_____. As Tradições Umbu e Humaitá: sítios Bom Jardim velho (RS-C-14) e Boa Vista 2 (RS-VZ-25)-características tecno-tipológicas. IN: MENDONÇA DE SOUZA, S. (Org.). **Arqueologia e suas interfaces disciplinares: Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. CDROM.Rio de Janeiro, 1997b.

IBGE, 2011.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). **Mapa geológico do Estado de São Paulo, escala 1:500.000**. São Paulo, IPT, v.1 e v.2., 1981.

JEUDY, H. **Memória do Social**. Tradução de Márcia Cavalcante. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

SCIENTIA. (2006). **Diagnóstico arqueológico e histórico-cultural: área de ampliação do processo produtivo industrial e agrícola da Companhia Energética São José, Colina – SP, Agosto de 2006**.

LAMING-EMPERAIRE, A. Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul”. **Manuais de Arqueologia**, 2. Curitiba: CEPA, UFPR, 1967.

LEMOS. 2008. **Adriano Amaro de Sousa Geografia em Atos, n. 8, v.1**. UNESP, Presidente Prudente, pp. 32-38.

MARANCA, S.; SILVA, A.L.M. & SCABELLO. A.M.P. Projeto oeste paulista de arqueologia do Baixo e Médio Vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista de Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 4, p. 223-226, 1994.

MATTOS, O. N. de. **Café e ferrovias (A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira)**. Pontes Editores, Campinas, 1990.

MEGGERS, B. & EVANS, C. Como interpretar a linguagem cerâmica. Washington, D.C., Smithsonian Institution, 1970.

MENESES, U. Os “usos culturais” da cultura: contribuições para uma abordagem crítica das práticas políticas culturais. In: CARLOS, A.; CRUZ, R. & YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, ed. 2, 1999.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORAES, C. A. Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: estudo da variabilidade artefactual. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, **Dissertação de Mestrado**, 2007.

MORAIS, J. L. Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 77-98, 1995.

_____. Arqueologia da região Sudeste. **Revista da USP**, São Paulo, n. 44, p. 194-217, 1999/2000.

NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, FFLCH/USP, São Paulo, n. 39, v. 2, p. 7-53, 1996.

PALLESTRINI, L. Cerâmica há 1500 anos, Moji-Guaçu, São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, MP/USP, São Paulo, n. 28, p. 115-129, 1981/82.

PAULA E SILVA, F. & CAVAGUTI, N. Nova caracterização estratigráfica e tectônica do Mesozóico na Cidade de Bauru - SP. **Revista Geociências**, n. 13, v. 1, p. 83-99, 1994.

PARDI, M. L. F & IQUEGAMI, A. E. Preservação do patrimônio e levantamento arqueológico da região de Ouroeste. 9a SR/IPHAN/SP; Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Ouroeste. **Relatório Técnico**, São Paulo, 1999.

PENIN, A. & BLASIS, P. A. DE. Sítio Baixadão: um novo sítio Aratu no norte paulista. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo São Paulo, n.15-16, p.449-453, 2005/2006.

PEREIRA JÚNIOR, J. A. Contribuição para o estudo da arqueologia do extremo norte paulista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, v. 54, p. 313-357, 1957.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1992.

RADAMBRASIL. **Levantamento de recursos naturais**. 1973.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: Origens e Desenvolvimento. **Tese de Doutorado**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, (1996).

_____. As aldeias circulares do Brasil Central. IN: MAE/USP. **Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial**, p.35-43, (2001b).

ROBRAHN – GONZÁLEZ et al. Água Vermelha, pesquisa arqueológica de salvamento. **Relatório CESP**. MAE / USP, 1998.

RODRIGUES, Robson. Os caçadores ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang do vale do rio feio/Aguapeí. **Tese de Doutorado**, MAE-USP, 2007.

RYE, O. S. Pottery technology: principles and reconstitution. **Manuals on Archaeology**. Australian National University. Washington, D.C., 1981.

SALGADO, F. C. F. **As colônias de Bastos e Pedrinhas: um estudo comparativo de geografia agrária**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Presidente Prudente, 1971.

SANTOS, M. A Construção Social da Memória. In: _____(Org.). **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: ANNABLUME, 2003.

- SCHMITZ et al. **Arqueologia do centro sul de Goiás. uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil**. Pesquisas, Antropologia, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS, n. 33, p. 49-102, 1982.
- SILVEIRA, F. & LIMA FILHO, F. Por uma Antropologia do Objeto Documental. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005.
- SIQUEIRA, M. & DURIGAN, G. Modelagem da distribuição geográfica de espécies lenhosas de cerrado no Estado de São Paulo. **Revista Brasil. Bot.**, V.30, n.2, p.233-243, abr.-jun. 2007.
- SUGUIO K., et al. Comportamentos estratigráfico e estrutural da Formação Bauru nas regiões administrativas 7 (Bauru), 8 (São José do Rio Preto) e 9 (Araçatuba) no Estado de São Paulo. In: **Simp. Regional de Geologia**, 1, São Paulo, Atas, p.231-247, 1977.
- UNESCO. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. (2003). Disponível em site: <http://www.unesco.org>. Acesso: 05 de Jan de 2013.
- VIEIRA, F. I. S. **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- Wüst, I. & BARRETO, C. The ring villages of central Brazil: a challenge for Amazonian Archaeology. **Latin American Antiquity**, v. 10, n.1, p. 3-23, 1999.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Vistoria arqueológica não interventiva - construção do Dique Guaraci, Reservatório da UHE Marimbondo, 2004.
- _____. Programa de Resgate Arqueológico – Empreendimento Ponte de Concreto sobre o rio Mogi-Guaçú – Cachoeira de Emas, Município de Pirassununga, São Paulo. **Termo de Conclusão de Campo**, São Paulo, 2006.
- _____. Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico. Área destinada à instalação de planta industrial, Usina Guarani S/A - Unidade Pedranópolis. Município de Pedranópolis, Estado de São Paulo. **Relatório Final**, 2007b.
- _____. Programa de resgate e monitoramento arqueológico. Usina Guarani S/A – Açúcar e Álcool (Usina Cruz Alta – Unidade III), Município de Olímpia, Estado de São Paulo. **Relatório Final**, 2008.
- _____. Programa de Gestão dos Recursos Arqueológicos Nardini Agroindustrial Ltda. Municípios de Ariranha, Bebedouro, Cândido Rodrigues, Catanduva, Embaúba, Fernando Prestes, Itápolis, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Pirangi, Santa Adélia, Taiaçú, Taiúva, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo. Etapa de Resgate Arqueológico das

Áreas de Expansão da Usina Nardini e Etapa de Prospecções Arqueológicas e Resgate Arqueológico da LT 138 KV SE Pirangi (CPFL) – SE – Usina Nardini.
Relatório Final das Ações 2010. 2011.

ANEXOS